

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História**

ESTHER ITABORAHY COSTA

ANISTIA: A LUTA DOS EX-MILITARES ATRAVÉS DO GEUAr

Mariana, MG

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

2009

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História**

ESTHER ITABORAHY COSTA

ANISTIA: A LUTA DOS EX-MILITARES ATRAVÉS DO GEUAr

**Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.
Orientador: Prof. Fabrício Roberto Costa Oliveira.**

Mariana, MG

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

2009

Aos meus pais Frederico e Adriana

Agradeço a Deus por não ter me deixado desistir e ter dado forças para caminhar até o fim desta jornada.

Aos meus pais, Frederico e Adriana, por serem os melhores pais do mundo e por estarem sempre ao meu lado. Sem vocês, nada disso seria possível. À minha irmã Rachel, meu orgulho.

Ao professor e amigo Fabrício pela ajuda, paciência e dedicação para realização desta monografia da melhor forma possível.

À Mariana e ao ICHS que me acolheram desde o início e me proporcionaram os melhores anos da minha vida.

Aos meus grandes amigos de Mariana - De, Ju, Joelma, Dayanne, Elis, Roberta, Betão e Kaio – pela companhia e amizade.

À República Shallon, minha segunda casa. Minha segunda família. Adoro vocês meninas.

Ao Diniz e família pela acolhida e confiança.

A todos aqueles que me permitiram viver intensamente cada dia: Muito obrigada!

RESUMO

Esta monografia diz respeito ao estudo da Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica (GEUAr), a sigla é uma homenagem ao Grêmio Esportivo Unidos do Ar, fundado em 1948 em Lagoa Santa (MG). O GEUAr é uma associação sem fins lucrativos de auxílio à ex-militares da Aeronáutica que supostamente sofreram represálias em função da acusação de terem participado de ações revoltosas nos anos 1960. Em função disso, esses militares foram desligados da corporação e desde 1994 buscam Anistia Política. A memória e as atuações dos atores sociais, mediadas pelo GEUAr, ocupam lugar privilegiado nesta apresentação. Tendo como base empírica entrevistas com os membros do GEUAr, busquei compreender o processo de construção de suas memórias a respeito dos eventos ocorridos no processo de desligamento da Aeronáutica e no rearranjo que passaram suas vidas desde então.

Palavras-chave: GEUAr, Aeronáutica, Memória e Anistia Política.

ABSTRACT

This Monograph is a study of the Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica (GEUAr), that is a tribute to Grêmio Esportivo Unidos do Ar, founded in 1948 in Lagoa Santa (MG). The GEUAr is a non-profit organization to assist ex-militaries who was accused of taken action on turbulent 1960s. As a result, these militaries were disconnected from the Aeronautics and since 1994 they fight for amnesty. The memories and the action of these social actors, mediated by GEUAr, occupy a privileged place in this presentation. Based on empirical interviews with members of GEUAr I tried to understand the process of construction of their memories of the shutdown process of Aeronautics and the arrangement have spent their lives ever-since.

Key-words: GEUAr, Aeronautics, Memory and Political Amnesty.

SUMÁRIO

1 Introdução	7
2 Apontamentos teóricos e metodológicos: História Oral e Memória	11
2.1 Ditadura Militar, História Oral e Memória	11
2.2 História da História Oral	14
2.3 História Oral e Memória	17
3 Os antecedentes ao Golpe, o Regime Militar e a formação do GEUAr	23
3.1 O Governo de João Goulart	23
3.2 O Regime Militar	28
3.2.1 O Governo Castello Branco	29
3.2.2 O Governo Costa e Silva	30
3.2.3 O Governo Médici	31
3.2.4 O Governo Geisel	32
3.2.5 O Governo Figueiredo	34
3.3 A formação do GEUAr	35
3.3.1 Fundação e atuação	35
3.3.2 Composição	38
3.3.3 As perseguições e suas consequências	40
4 Anistia	45
4.1 Origem	45
4.2 Lei de Anistia: uma reivindicação antiga	48
4.2.1 Um direito disputado e criticado	50
4.2.2 Uma lei limitada	51
4.3 A Lei 10559 e a Comissão de Anistia: lutas pelos direitos, promoções e justiça	53
4.3.1 Diniz e as lutas pela Anistia	57
5 Considerações Finais	61
6 Referências Bibliográficas	63

1 Introdução

Esta monografia é o produto do grande interesse surgido desde o início do curso em me dedicar ao estudo da História do Brasil, mais precisamente da Ditadura Militar Brasileira, e que acabou por se concretizar em um trabalho final da disciplina HIS 703 – Seminário de Pesquisa com Fontes Orais, cursada no segundo semestre de 2007, que me encaminhou para aquilo que viria a ser meu objeto de pesquisa – o estudo da memória de ex- militares da Aeronáutica.

Em 2007, durante a disciplina uma colega propôs realizar uma entrevista com a liderança de um grupo de ex-militares da Aeronáutica. Imediatamente isso me trouxe inquietações ao pensar como esses homens que estavam de alguma forma ligados ¹ ao Governo Militar e que poderiam ter participação no desenrolar do Golpe de 1964, teriam sido desligados. Fiquei interessada em saber como seriam suas vidas a partir então, perguntava-me se teriam sofrido represálias e perseguições como militantes de esquerda ou se teriam um tratamento diferenciado por serem militares.

Neste sentido, a intenção desta monografia é estudar a história de ex-militares que integram e/ou integraram o GEUAr ², bem como a fundação desta última e sua atuação. Assim, busquei tanto dados de atores mais individuais como ações mais institucionais.

O GEUAr é uma associação sem fins lucrativos que auxilia ex-militares da Aeronáutica que supostamente sofreram represálias em função da acusação de terem participado de ações revoltosas na década de 1960. Por isso, esses ex-militares teriam sido desligados da corporação, a partir de 1964, e desde 1994 buscam Anistia Política. Também contemplarei a memória e as atuações destas pessoas mediadas pelo GEUAr.

Os integrantes do GEUAr buscam seus direitos políticos por terem perdido suas funções militares na Instituição que serviam, esta perda se deu a partir de uma portaria de 12 de outubro de 1964 ³, editada pelo Ministério da Aeronáutica. A FAB - Força

¹ À época do Golpe, grande parte desses homens, pertencentes ao GEUAr, serviam à Aeronáutica.

² Este é uma Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica; a sigla é uma homenagem ao Grêmio Esportivo Unidos do Ar, fundado em 1957, dentro da própria Aeronáutica.

³ “*O tempo de serviço do cabo se prorrogará no máximo até que decorram 8 (oito) anos ininterruptos de efetivo serviço, desde sua inclusão nas fileiras da FAB (...)*”
Disponível em <www.mj.gov.br/anistia>. Acesso em 18 Maio 2009.

Aérea Brasileira- alega que essa portaria teve cunho administrativo, já que agia sobre um cargo público e impessoal.

Em 2002, depois de muitas tentativas e esforços na busca por documentos, a Comissão de Anistia analisou e considerou a portaria “um ato de exceção por si só”⁴ e com isso, a partir de 2003, passou a anistiar os cabos que ingressaram na FAB antes da edição da portaria. A Comissão ainda alega que aqueles que ingressaram depois de outubro de 1964 sabiam que, completados oito anos de serviço, seriam desligados da Instituição e que por isso poderiam entrar com processos para serem avaliados pela mesma⁵.

Os ex-militares do GEUAr⁶ alegam em seus processos, enviados à Comissão, que essa portaria teve cunho *exclusivamente* político, já que com dez anos de serviço o militar alcançava estabilidade e poderia progredir na carreira chegando a postos superiores.

“Em razão desse posicionamento político, não só os membros da ACAFAB como TODOS OS CABOS DAQUELA ÉPOCA, foram atingidos pela Portaria 1104/64, findando a possibilidade de continuidade na carreira que a legislação anterior à Portaria permitia”.⁷

Os entrevistados – Diniz e Dutra - ainda afirmam que a Portaria 1104/64 foi editada com o intuito de excluir aqueles que faziam parte da ACAFAB (Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira) por terem apoiado, de alguma forma, a Revolta dos Sargentos⁸, já que não concordavam com a ordem imposta pela ditadura.

⁴ “Os requerimentos protocolados pelos cabos passaram a ser analisados pela Comissão de Anistia. Inicialmente, em 2002, a Comissão entendeu que a Portaria, por si só, tratava-se de ato de exceção.” Disponível em <www.mj.gov.br/anistia>. Acesso em 21 de maio de 2009.

⁵ Estes processos são escritos pelo próprio anistiando e requer algumas informações mínimas: nome, profissão, estado civil, filhos, profissão à época do desligamento, profissão atual, projeção da situação atual caso tivesse seguido na Força, data do desligamento, possíveis motivos para tal.

⁶ O GEUAr atende homens de Minas Gerais, estes têm em média 60 anos. Ainda mantêm contato com associações de todo o Brasil: no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco.

⁷ Disponível em <www.fotolog.terra.com.br/asane:57>. Acesso em 21 de maio de 2009.

⁸ Ocorrida na madrugada de 12 de setembro de 1963. Aproximadamente 500 sargentos, cabos e soldados da Marinha e da Aeronáutica protestaram contra a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) confirmando a inelegibilidade de sargentos para o Poder Legislativo, como previa a Constituição de 1946.

O interesse fundamental é captar, através dos depoimentos ⁹, como esses ex-militares se articulam em torno do GEUAr, como reconstruíram suas vidas e por que, apesar de passado tanto tempo, ainda continuam de alguma forma articulados em torno do período que estiveram na Aeronáutica.

A questão em torno desta temática é investir na compreensão do processo de construção da memória e história ¹⁰ dos atores sociais – membros do GEUAr – a respeito dos eventos ocorridos no processo de desligamento da Aeronáutica e no rearranjo que passaram suas vidas a partir deste evento; compreender as motivações que levaram estas pessoas, depois de recusadas pelas corporações, passados quarenta anos, a lutarem para serem reincorporadas à Aeronáutica, bem como pensar o GEUAr na resignificação da memória desses ex-militares. Vale ressaltar aqui que para esses homens o retorno financeiro não é a principal motivação de luta e sim, o respeito e orgulho pela farda e o desejo de voltarem a ser reconhecidos como militares.

Definiu-se como recorte temporal o período de 1964 a 2009. Tal recorte foi baseado na edição da portaria de 12 de outubro de 1964 perpassando todo o período de reconstrução da vida desses homens até 1994, quando da fundação do GEUAr, chegando a 2009, ano em que as entrevistas foram realizadas.

Através das análises das primeiras entrevistas trabalhei com a hipótese de que a identidade militar continua viva nos ex-militares. Mesmo depois de terem sido desligados da FAB. Com a Anistia, além de serem indenizados, poderão de alguma forma voltar a ser reconhecidos como militares, pois desejam ser reincorporados à Aeronáutica.

Metodologicamente, optei pela realização de entrevistas e suas transcrições. Num primeiro momento, realizei uma análise do processo histórico em questão, bem como a análise de documentos e dados que me foram passados pelos entrevistados ¹¹ que conferiu novas dimensões e maior profundidade à pesquisa. Posteriormente, as

⁹ Valendo-se das memórias de ex-militares ligados ao GEUAr.

¹⁰ A memória se constrói no processo histórico e ajuda a entendê-lo.

¹¹ Onde se encontram: emails trocados entre os associados ao GEUAr, livros, jornais, arquivos sobre legislação, etc.

entrevistas foram realizadas, ¹² transcritas e analisadas, sempre amparadas pela metodologia da história oral e pelo conceito de memória.

O primeiro capítulo apresentará uma discussão sobre memória e história oral, analisadas a partir do regime ditatorial brasileiro e suas conseqüências na vida da sociedade. Já o segundo fará um breve relato sobre os governos que antecederam o Golpe e os governos autoritários (1964-1985), para que se entenda o contexto político de formação do GEUAr, já que o início de sua formação ocorre ainda sob a égide da Ditadura. Por fim, no terceiro capítulo será feita uma análise da Lei de Anistia, pensada em dois momentos: a Lei 6683 – a Lei de Anistia propriamente dita de 1979 - e a Lei 10559 de 2002 e também a luta dos homens do GEUAr, através de seus processos encaminhados à Comissão de Anistia para receberem seus benefícios.

¹² Analiso 3 entrevistas: 2 realizadas com Diniz e 1 realizada com Diniz e Dutra.

2- Apontamentos teóricos e metodológicos: História Oral e Memória

2.1 Ditadura Militar, História Oral e Memória

O período conhecido como Ditadura Militar teve início com o Golpe de 1964 e terminou em 1985, teve tanta importância para a nossa história que hoje encontramos resquícios de suas lutas, ideais e medos. Através das memórias desses ex- militares que hoje integram o GEUAR e que, de alguma forma atuaram no regime, temos um meio diversificado de pesquisa e entendimento do foi que este período.

A Ditadura Militar foi um processo extremamente marcante na história social do país que afetou todas as camadas sociais brasileiras. Muitas pessoas tiveram suas vidas modificadas irreversivelmente por conta da sua participação tanto em prol quanto contra a forma de governo vigente.

O cruzamento das memórias¹³ dos ex-militares permitiu refletir sobre os pontos cruciais que pretendi no decorrer do estudo. Através dos relatos individuais tentei captar o grupo GEUAR, a sociedade de que esses homens fazem parte e representam: “buscar encontrar a coletividade a partir do indivíduo”¹⁴ e desta forma compreender como esses ex-militares articulam suas memórias a respeito do golpe e principalmente de suas vidas.

A memória é um fenômeno construído e seletivo¹⁵, que sofre um constante processo de reconstrução¹⁶. Vemos que através da memória muitos dos paradigmas se perdem ou voltam à tona. Muitas destas pessoas passaram por experiências únicas, os

¹³ Pensadas aqui como “[...] resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais”.
MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral: caminhos e descaminhos*. In: _____. Revista Brasileira de História ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25-26, setembro 92 – agosto 93.

¹⁴ ATASSIO, ALINE. *A Batalha pela Memória: os Militares e o Golpe de 1964*. 184p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, p.9 *Apud* QUEROZ, Maria Isaura Pereira. *Relatos orais: do indizível ao dizível*. In: _____. *Ciência e Cultura*. São Paulo: março/1987, p.278.

¹⁵ “A memória não registra tudo o que é vivido, ouvido, visto; ela seleciona alguns eventos, locais, pessoas e os guarda, condenando o restante ao esquecimento. O ambiente social, a cultura, o inconsciente, a história individual e coletiva são os fatores responsáveis pela determinação daquilo que seria guardado na memória [...]” BECKER, Jean-Jacques. ‘O handicap do a posteriori’. In: _____. AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta, de Moraes (Orgs.). *Usos e Abusos da história oral*.

¹⁶ Maurice Halbwachs afirma que a memória deve ser compreendida como coletiva e social, ou seja, construída socialmente e, portanto, sujeita a transformações constantes.

quais têm informações que não se encontram em documentos de qualquer tipo, somente em suas memórias. Estas pessoas e suas lembranças sem dúvida são de grande importância para a continuidade dos estudos sobre a Ditadura Militar¹⁷.

Apesar da grande quantidade de livros, revistas, documentos, documentários, acredito que há uma grande lacuna a ser preenchida no que tange a estudos sobre o Regime Militar. As entrevistas realizadas com estes cidadãos que viveram, trabalharam, lutaram, concordaram ou discordaram de muitas atitudes, não somente do governo militar, mas também dos agentes civis, ajudará a trilhar o percurso da nossa história recente denominada “Anos de Chumbo”¹⁸.

O estudo do período militar, através das memórias, tem resultado numa compreensão mais ampla dos acontecimentos, uma vez que temos pontos de vistas diferentes, dos ex-militares do GEUAR que vivenciaram essa época. Cada um sentiu as conseqüências dessa mudança governamental e expressam através de suas memórias essas experiências particulares e acabam por formar memórias coletivas. Este tipo de memória só existe enquanto uma organização a mantém ou reconstitui, de forma que consciente desse fato, é muito comum que os grupos lutem para preservar suas memórias¹⁹.

A memória coletiva é uma importante forma de luta social pelo poder. Aquilo que se lembra ou que se faz questão de esquecer revela pouco a pouco a identidade do grupo. Segundo Le Goff

“Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.²⁰

¹⁷ Valendo-se das memórias de militares ligados ao governo militar Maria Celina d’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro realizaram entrevistas esclarecedoras no que tange à postura das Forças Armadas durante todo o período ditatorial. Ver: *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. A volta dos quartéis: a Abertura*. Todos lançados entre 1994 e 1995 pela editora Relume-Dumará.

¹⁸ Segundo D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. In: _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*.

¹⁹ Definidas segundo Pierre Nora *Apud* Jacques Le Goff “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”. LE GOFF, Jacques. In: _____. *História e Memória*, 1990, p. 472.

²⁰ *Ibidem*, p.422.

Ou seja, a memória não é aquilo que se viveu, mas também o que se aprendeu, de forma que a história passada às gerações futuras possui importante papel na formação da memória do grupo e do seu imaginário.

Os estudos da memória garantem que a fala individual pode revelar o grupo, o imaginário coletivo construído pela instituição e sedimentado nos seus membros. Pensamos assim o discurso como algo socialmente produzido, ainda que o texto, ou seja, a forma como o depoente organiza sua fala, seja individual.

Estes estudos ainda nos dizem que a memória sofre variações em função do momento em que é articulada e em que está sendo expressa: “[...] as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”.²¹

Ao pensarmos em memória a metodologia da História Oral cumpriu e ainda cumpre um papel fundamental em seus estudos. Sua trajetória não foi diferente das diversas metodologias que se utilizam atualmente. Surge com o intuito de estudar a história contemporânea de meados do século XX com o surgimento do gravador a fita, por meio de entrevistas com sujeitos que participaram, ou testemunharam acontecimentos do passado e do presente.

Ao se trabalhar com História Oral pode-se pensar nas mais diversas áreas do conhecimento e em diferentes disciplinas, por isso essa metodologia é interdisciplinar por excelência²² e hoje é ferramenta teórica para muitas pesquisas.

2.2 História da História Oral

A utilização de testemunhas sobre determinados acontecimentos não é novidade. Desde Heródoto, Tucídides os ‘relatos orais’ já eram utilizados para se escrever sobre sua época, ou seja, pode-se afirmar que a História Oral nasceu na Antiguidade.

As primeiras publicações no campo da História Oral datam dos anos de 1920 nos Estados Unidos, em que dois pesquisadores²³ poloneses publicaram histórias de vida de

²¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: _____. *Estudos Históricos*, p.203.

²² ALEBRTI, Verena. Fontes Oraís. In: _____. *Histórias dentro de Histórias*, p. 156

²³ William Thomas e Florian Znanieski.

seus conterrâneos ²⁴ pautados nos estudos da Universidade de Chicago em que era preciso sair dos gabinetes e ir para o campo.

Data-se 1948 como o ano de nascimento da História Oral ‘moderna’, quando o gravador a fita foi inventado e quando da fundação do *Columbia University Oral History Research Office*, na Universidade de Columbia, tendo como mentores Allan Nevins e Louis Starr em Nova Iorque. A intenção era gravar depoimentos de homens públicos e influentes que participaram da vida política, econômica e cultural dos Estados Unidos, ou seja, num primeiro momento, a História Oral era a ‘história das elites’.

Já nos anos 1960 intensificaram-se as entrevistas de história de vida com indivíduos que não registravam suas experiências. ²⁵ Segundo Pollak seriam as ‘memórias subterrâneas’, que se opõem à ‘memória oficial’, no caso a ‘memória nacional’. ²⁶ Joutard afirma que a História Oral é uma forma eficaz de reconstruir a cultura popular, adentrar grupos fechados e pouco estudados – como os militares –, ou ainda “dar voz aos povos sem história, iletrados, que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias”. ²⁷

Mas essa História Oral dita ‘militante’ apresentou métodos que devemos ter cuidado; o primeiro se pautava em considerar as entrevistas como a ‘História’ e não como uma fonte passível de análise e crítica. Segundo Alberti “em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas dêem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado.” ²⁸ O segundo equívoco seria pensar os usos da noção de História ‘democrática’, ou História ‘vista de baixo’. Alberti se indaga que ao fazer uma História dita ‘de cima’, estaria se fazendo uma História verdadeiramente ‘não democrática’ ²⁹ e afirma:

²⁴ *The Polish Peasant in Europa in America.*

²⁵ Segundo Alberti, seria uma História Oral ‘militante’, utilizada para ‘dar voz às minorias e possibilitar a existência de uma História Oral vinda de baixo’. *Op. cit.*, p.157.

²⁶ POLLAK. *Op. cit.*, p.4.

²⁷ JOUTARD, Philippe. *História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos.* In:_____. Usos e Abusos da História Oral, p.45.

²⁸ ALBERTI, V. *Op. cit.*, p.158.

²⁹ *Idem.*

“Certamente que não. Polarizações do tipo História ‘de baixo’ *versus* História ‘de cima’ contribuem para diluir a própria especificidade e relevância da História Oral – ou seja -, a de permitir o registro e o estudo da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam em uma posição ou outra na escala social.”³⁰

Contudo, é claro que aqueles que estão ‘em cima’ deixam mais registros e nesse caso, somente neste, pode se admitir que as entrevistas de História Oral com os que estão ‘embaixo’ sejam prioridades. Mas isso nos leva a concluir que ao fazer História Oral com os ‘de baixo’, acaba por vinculá-los àqueles povos ‘sem escrita’ e isso acarreta à História Oral o papel de compensadora desses grupos.

Com isso, Alberti conclui

“a idéia de ‘dar voz’ às minorias, tão cara aos pesquisadores militantes’, acaba reforçando as diferenças sociais: é o pesquisador que concede aos ‘de baixo’ a possibilidade de se expressarem, pois eles são incapazes de fazê-los por si sós!”³¹

É na década de 1970 que essa História Oral ‘militante’ passa a ser ‘acadêmica’. Grupos de pesquisa, centros de pesquisa, manuais de utilização da História Oral trazem reflexões ao debate metodológico na Europa e nos Estados Unidos.

Em 1975 a História Oral chega ao Brasil. Em julho foi realizado o I Curso Nacional de História Oral no Rio de Janeiro. No mesmo ano foram realizadas as primeiras entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), com o propósito inicial de estudar as elites políticas brasileiras de 1930 até os dias de hoje.³²

A partir da década de 1980 a História Oral passou por um processo de consolidação iniciado nos anos anteriores. Encontros nacionais e internacionais entraram no calendário acadêmico dos pesquisadores com intuito de integrar o ‘Sul’ do globo no cenário crescente da pesquisa em História Oral até então dominante nos Estados Unidos e Europa.³³

³⁰ *Op. cit.*, p. 159.

³¹ *Idem.*

³² Segundo Luciana Quillet Heymann em palestra proferida no VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral realizado em Belo Horizonte, o acervo do CPDOC conta hoje com 1650 entrevistas e 5700 horas de gravação.

³³ Em 1990 foi criada a Internacional Oral History Association (IOHA) e em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

A partir de então a História Oral entra definitivamente nos departamentos de História, já não se vê a análise das ‘fontes orais’ de forma marginal, mas sim como um campo consolidado de pesquisas e análises metodológicas.

Essa mudança se deve principalmente ao *status* que a própria disciplina História atinge no século XX. Até o século anterior a História, dita positivista, privilegiava o escrito sobre o oral – já que os relatos eram ditos como anedóticos, ou seja, de contadas por povos sem escrita, sem História – e ainda o estudo do passado sobre temas contemporâneos, já que seria difícil a imparcialidade do historiador. A ênfase nos processos de longa duração, o estudo quantitativo em detrimento do qualitativo defendido pelos *Annales* diminuía o papel do indivíduo na História. Os relatos pessoais, as histórias de vida não forneciam dados para o estudo do passado devido à sua subjetividade, pois “muitas vezes distorcem os fatos e dificilmente seriam representativos de uma época ou de um grupo”.³⁴

Os propósitos da História começaram a modificar-se a partir dos anos 1980, pois temas contemporâneos adentraram o estudo histórico e um novo campo de estudo surgiu, a chamada História do tempo presente; revalorizou-se a análise quantitativa e resgataram-se as experiências individuais, ou seja, tornou-se possível estudar transmitir uma experiência coletiva através do relato singular. Segundo Marieta de Moraes

“Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado”.³⁵

A História Oral permitiu o surgimento de novos objetos pautados em depoimentos – a vida cotidiana, da família, as festas – onde os testemunhos passaram a ser aceitos e a subjetividade pode se constituir em objeto de pensamento científico.

Portanto, é um campo onde é possível conhecer os diversos desenhos que se dá à vida, às relações e às escolhas dos diferentes grupos sociais em todas as camadas da sociedade.

³⁴ Ibidem, p. 163.

³⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. In: _____. Cultura Vozes, p. 118.

2.3 História Oral e Memória

A metodologia da História Oral não resolve todas as questões dentro do estudo histórico, mas nos permite entender como determinados grupos e pessoas tomaram o passado, ou seja, questionar as interpretações homogêneas de acontecimentos. Ao mesmo tempo em que permite um grande número de ‘histórias dentro da história’ e se mostra capaz de contestar as “generalizações sobre o passado, pois, a percepção histórica permite a ‘mudança de perspectiva.’”³⁶

A utilidade da História Oral é múltipla: História Política³⁷, do cotidiano, das comunidades e mais intensamente a História da memória. Esta era renegada, pois, é arriscado confiar em relatos, já que a memória pode sofrer distorções e está carregada de subjetividade. Mas hoje, essas distorções são vistas como mais uma forma de se compreender as ações de determinados grupos, pois “é de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente”.³⁸

A memória está em constante negociação. Ela é essencial, pois está atrelada à constituição de nossa identidade. Para Pollak³⁹ a construção da identidade se dá em três elementos: o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja,

“[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”⁴⁰

A memória foi tratada de forma polarizada: ‘memória oficial’ *versus* ‘memória dominada’, mas hoje se admite a disputa de memórias. Pollak fala da “existência, numa sociedade, de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade.”⁴¹ Robert Frank elenca quatro tipos de memória: memória oficial da nação, memória dos grupos, memória erudita e memória política. Alessandro Portelli incorpora

³⁶ ALBERTI, V. *Op. cit.*, p. 166.

³⁷ Não mais a história dos ‘grandes homens’ e dos ‘grandes feitos’.

³⁸ *Ibidem*, p. 167.

³⁹ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: _ Estudos Históricos, p.204.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: _ Estudos Históricos, p.12.

o conceito de ‘memória dividida’ de Giovani Contini, em que não há uma disputa entre as memórias, mas sim a existência de múltiplas memórias fragmentadas e divididas ⁴². Segundo Alberti, “o reconhecimento da diversidade constitui, portanto, a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre ‘memória oficial’ e ‘memória dominada’ e realizarmos uma análise mais rica dos testemunhos [...]” ⁴³.

Esses testemunhos são colhidos *a posteriori*, ou seja, são relatos de ações passadas, mas que incorporam elementos da própria entrevista. Esses relatos são transmitidos pela narrativa ⁴⁴, onde o entrevistado tece sua vivência em forma de linguagem, seleciona e organiza os acontecimentos para que façam sentido.

A principal contribuição da História Oral é a sua capacidade de fazer conexões entre esferas distintas da vida, principalmente no que diz respeito à História dos indivíduos, como ao permitir entrecruzar a história familiar com a história do meio de trabalho, permitindo abordar a existência de maneira mais ampla, pois, mais importante do que saber o que o indivíduo fez é saber por que, em que contexto social ele fez, e o que ele pensava estar fazendo. Dessa maneira é possível inserir em sua trajetória suas indecisões e incertezas, de maneira a demonstrar que o sujeito não segue uma linha contínua, visto que atravessa conflitos internos e externos que por vezes serão percebidos ao se abordar sua vida familiar através de relatos orais.

“A história do tempo presente contribuiu particularmente para o entendimento das relações entre a ação voluntária, a consciência dos homens e os constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam. Melhor dizendo, ela permite perceber com maior clareza a articulação entre, de um lado, as percepções e as representações dos atores, e, de outro, as determinações e interdependências que tecem os laços sociais. Trata-se, portanto, de um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de mesma formação social. E nos é óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos.” ⁴⁵

Ao se falar das classes desfavorecidas esse tipo de relato pode permitir ao pesquisador enxergá-las como elas mesmas se vêem. Pois, muitas vezes os documentos oficiais só nos dão uma visão de como a classe dominante as quer enxergar ou como as

⁴² PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina, *op. cit.*, p.127.

⁴³ ALBERTI, *op.cit.*, p. 168.

⁴⁴ Pensada aqui não apenas como fato dado de prova da produção de diferentes memórias, mas sim, como produto que se dá por intermédio das relações dos sujeitos com o espaço social.

⁴⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Op.cit.*, p, XXIV.

deseja transmitir, já que essas classes temem que a memória das massas empobreça a ‘memória original’. Essa classe dominante teme ainda “perder a comunidade e a identidade, já que a tecnologia de massa modifica não só nosso sentido temporal, mas também a natureza especificamente espacial do lembrar.”⁴⁶

Com os relatos, acredita-se que essas classes ou pessoas

“[...] não tem apenas que aprender a própria história; podem escrevê-la. A história oral devolve às pessoas a história em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar por um futuro construído por elas mesmas.”⁴⁷

Daí a grande função social ligada à História Oral, na medida em que aproximam instituições de ambas as classes, abrindo um diálogo entre aquele que constrói e aquele que instiga a produção de um conhecimento. A fonte oral é obra de um trabalho conjunto em que todas as partes desempenham papel indispensável. Esta ainda nos permite explicitar de diversas formas, partes do passado e a adequar sua expressão em nossas culturas. Por isso,

“[...] o relacionamento da história oral facilita a rememoração dinâmica e a interação de ‘historiadores’ e ‘comunidades’, de ‘discurso histórico’ e ‘memória coletiva’, que os historiadores orais podem desempenhar um papel ímpar e central nas questões atinentes à memória e à história”.⁴⁸

Estas fontes, dentre as suas diversas possibilidades, podem destacar o estudo de grupos sociais diferenciados, sobretudo no que diz respeito às mudanças que ocorrem no âmbito da vida privada, na qual decisões individuais poderão influenciar ou mesmo ter mais importância do que decisões institucionais e/ou impostas

Demonstra-se assim, que a memória pode ser uma fonte perene de pesquisa, mas como há muito sabemos o historiador está sujeito a erros e acertos como aconteceria se utilizasse qualquer outra fonte já que, como as pessoas, os textos também ‘mentem’.

O que se convencionou chamar de “História Oral” é uma metodologia de trabalho que utiliza relatos orais como fonte de pesquisa. Porém,

⁴⁶ THOMSON, A; FRISCH, M e HAMILTON, P. *Ibidem*, p. 90.

⁴⁷ THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*, p.337.

⁴⁸ THOMSON, A; FRISCH, M e HAMILTON, P. *Ibidem*, p. 91.

“[...] a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Ela não encerra um estatuto fechado, que permita justificar a ‘história oral pela história oral’. Ao contrário; seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido.”⁴⁹

Torna-se, portanto, extremamente importante que o pesquisador tenha algum conhecimento prévio sobre aquilo que se propõe estudar e um objetivo com tal estudo, pois esse método permite que o historiador construa sua própria fonte, em conjunto com aquele que ele se propõe investigar, considerando-se que no momento da entrevista, entrevistador e entrevistado tem igual importância. Logo, tal procedimento requer também uma preocupação técnica: a escolha do equipamento a ser utilizado no momento da entrevista, o local em que esta deverá ser feita, a elaboração de um roteiro, o armazenamento do material recolhido, a transcrição do que foi gravado. Diante do que já foi dito adoto a concepção de Verena Alberti que define a história oral como método, fonte e técnica⁵⁰.

É importante ter em mente que ao contar sobre sua vida o entrevistado tende a criar uma narrativa lógica, organizada de maneira cronológica e linear. Sabemos, entretanto, que a vida não se desenrola de tal maneira, é marcada por incertezas e contradições, além disso, como lembram os críticos da história oral (e até aqueles que a elogiam), a memória é seletiva, o indivíduo ou grupo guarda aquilo que considera importante. Tais distorções funcionam como um recurso, não um problema, considerando que nosso objetivo não é separar nos relatos do entrevistado o que é certo e o que é errado, é antes entender porque ele constrói os acontecimentos dessa maneira.

Utilizando essa fonte, pode se recuperar, através de histórias singulares, aspectos além daquilo que a bibliografia sobre o período aborda, aquilo que essas práticas causaram na vida dessas pessoas: no âmbito emocional afetando os objetivos pessoais - aspectos que os registros escritos não conseguem transmitir com a mesma intensidade.

“Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.”⁵¹

⁴⁹ ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*, p. 12.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ THOMPSON, *op. cit.*, p. 205.

A abordagem possível até aqui indicou que esses ex-militares da Aeronáutica integrantes do GEUAr e que integravam a Força durante a Ditadura Militar foram de alguma forma prejudicados pelo Regime. Com isso, pretendo acrescentar à chamada história ‘oficial’ contada pelo Exército – em que os militares tentam legitimar o golpe através de justificativas e conclusões muitas vezes adaptadas ao interesse da instituição – que há outras ‘histórias’ a serem contadas sobre o período ditatorial mesmo em instituições governamentais e neste sentido, investiremos nossas análises no grupo formado por ex-militares da Aeronáutica.

3 Os antecedentes ao Golpe, o Regime Militar e a formação do GEUAr

3.1 O Governo de João Goulart

Acredito que a discussão que se segue seja indispensável para entendermos o momento político que o país estava vivendo. O início de todo processo de luta dos homens do GEUAr se inicia ainda no regime militar e por isso fazer essa retomada histórica se torna interessante para que se possa acompanhar o processo histórico de formação do grupo político em questão

Em agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros, eleito com grande apoio popular, renunciou ao governo, deixando o cargo para João Goulart, seu vice. Durante seu governo, Jânio teve total apoio dos militares, pois fazia parte da UDN (União Democrática Nacional) e este era o partido que as Forças Armadas apoiavam desde os anos 1940. Jânio, assim como os militares, pregava o combate à corrupção e a defesa da moral. Isto fortalecia a sua imagem, já que sua figura era comparada com a de Getúlio Vargas – o pai dos pobres – e mesmo não sendo essa imagem um ‘fenômeno racional’, ela estava presente no imaginário militar do período. Ou seja, Jânio era visto tanto pelos militares quanto pelo povo, como o único capaz de salvar o país ⁵².

Sua renúncia causou imensa decepção do povo e dos militares, já que apostaram em Jânio suas esperanças para o futuro do Brasil. Segundo Atassio, essa “tornou-se a maior ‘gafe política’, surpreendendo a todos” ⁵³. Sua renúncia destituía as esperanças, já que a ausência de sua figura era letal, uma vez que não havia um plano de governo para um substituto para dar continuidade ao trabalho.

Além da crise que este fato causou, outro agravava ainda mais a situação: as candidaturas não eram vinculadas, ou seja, era possível eleger opositores políticos, como já acontecera em 1960. Assim, aqueles que apoiaram Jânio fizeram oposição à posse de Jango, pois estavam temerosos com as possíveis mudanças que ele pudesse implementar. Os militares viam com pesar a provável posse de Jango, por motivos vários: sua associação com Vargas, antigo desafeto das Forças Armadas; Brizola,

⁵² ATASSIO, Aline Prado. *A Batalha pela Memória: os Militares e o Golpe de 1964*. 184p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2007, 184p, p.47.

⁵³ Idem.

conhecido por sua ligação com a esquerda e o despreparo ⁵⁴ do próprio presidente que poderia ser facilmente influenciado por Brizola.

Jango tinha sido enviado à China, por Jânio em visita diplomática, mas que, na realidade, tinha o intuito de afastá-lo do cenário político e facilitar o golpe pretendido pelo presidente. Para muitos militares, a visita de Jango à China deixou claro que este, uma vez no governo, implantaria uma república socialista no Brasil. ⁵⁵

Esta não era a primeira vez que Jango representava perigo para os militares. Quando era ministro do Trabalho do governo de Vargas ele propôs um aumento de 100% do salário mínimo, o que culminou no lançamento do ‘Memorial dos Coronéis’. Os militares denunciaram aquilo que acreditavam ser uma subversão de valores que impossibilitava o recrutamento para o Exército, com o salário mínimo chegando ao equivalente do soldo de um segundo-tenente da Força. Este episódio acarretou na demissão de dois ministros de Vargas, entre eles, a do próprio Jango. A partir de então a posição dos militares, de alta patente, em relação a Jango, estava definida e não mudaria nos próximos anos.

Jango encontrou uma grande oposição dos militares. Segundo, Marco Antonio Villa, antes de sua posse ele permaneceu fora do país, buscando apoio da sociedade e dos militares para assumir. ⁵⁶ Brizola, então, lança a Campanha da Legalidade com a intenção de chamar a população à luta para a posse do presidente. Segundo os militares, a Campanha da Legalidade, na figura de Brizola, marcava o recomeço da atuação comunista nas Forças Armadas.

“O objetivo, não era garantir a legalidade, mas sim dividir as Forças Armadas a fim de facilitar, com a ascensão de Jango – partidário da esquerda e do trabalhismo – a chegada dos comunistas ao governo, na figura do governador

⁵⁴ ATASSIO. *Op. cit.* A autora trabalha com a publicação lançada pelo Exército em 2003, *Coleção História Oral do Exército. 1964: 31 de Março – O movimento Revolucionário e sua História*, onde a intenção dos organizadores é responder aos civis que escreveram sobre o tema e produzir uma história oficial do Exército.

Ver também CASTRO, D'ARAÚJO, SOARES. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁵⁵ *Ibidem.*

⁵⁶ Villa, Marco Antonio. Jango: Um perfil. *Apud.* ATASSIO, p.50.

Brizola, para, posteriormente, transformarem o Brasil, numa república socialista.”⁵⁷

O apoio à posse de Jango aumentava na sociedade, o que para os militares caracterizava um golpe militar. Mesmo com a divisão das Forças Armadas, principalmente, entre os militares superiores e os de baixa patentes, a tropa, em respeito à hierarquia e à disciplina – os dois alicerces do Exército – aderiram às causas defendidas pelos oficiais.

Aqui é possível pensar como a Campanha da Legalidade atingiu de maneiras diversas as regiões militares: somente a III região militar no Sul era a favor da posse de Jango. Para os oficiais opositores, o passado de Jango e suas tendências à esquerda, requeriam à intervenção militar.

A Campanha da Legalidade não foi 100% vitoriosa: os militares questionavam a capacidade de Jango para governar e isso levaria a mais um conturbado momento em seu governo: a solução parlamentarista.⁵⁸

João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961. Para as Forças Armadas era considerado um herdeiro de Vargas, do trabalhismo e do populismo.

Em maio de 1962 Jango anuncia seu desejo de ver o plebiscito antecipado, já que o país encontrava-se paralisado pelas dificuldades impostas pelo parlamentarismo⁵⁹.

“O período em que o Brasil esteve sob o regime parlamentar foi tido como catastrófico para os militares, menos por causa do tipo de regime e mais pela ânsia de Goulart de voltar ao regime que lhe garantia maiores poderes.”⁶⁰

A antecipação foi aprovada pelo Congresso Nacional e o regime presidencialista foi escolhido pela maioria dos eleitores. Segundo Gaspari, foram 9,5 milhões de votos contra o parlamentarismo e 2 milhões a favor.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ A fim de se evitar uma guerra civil e superar a crise política, políticos e militares, negociaram uma solução constitucional. Através da aprovação da Emenda Constitucional nº 4 de 1961, o regime republicano foi alterado, substituindo o presidencialismo pelo parlamentarismo.

⁵⁹ Aumento da inflação, crescimento do déficit público.

⁶⁰ ATASSIO. *Op. cit.*, p.59.

Já em seu primeiro discurso como presidente, Jango lançou sua bandeira de governo: as Reformas de Base. Aumentava ainda mais a unanimidade entre os militares de que João Goulart implementaria uma república sindicalista e “tornaria ditador, liquidando as Forças Armadas, transformando-as em milícia a serviço do governo”⁶¹.

O comunismo desde os anos 30 tornou-se motivo de preocupação entre os militares. Após a Coluna Prestes, em 1922, e a Intentona Comunista em 1935, liderada pelo próprio Luís Carlos Prestes, os oficiais passaram a ver o comunismo com um inimigo do Exército e da soberania nacional, já que a organização militar se tornou uma Instituição, consciente de seu papel na sociedade. Assim, o comunismo passou a corroborar as funções das Forças Armadas: combater inimigos externos em defesa da nação, ou seja, da democracia. O ideal do socialismo feria valores militares, tais como: o fim das fronteiras, o fim das diferenças entre os homens. Para os militares isto quebraria a hierarquia além de atentar contra a democracia.

Num primeiro momento, o comunismo se proliferou de cima (altas patentes) para baixo (subalternos); quando chegava nestes, era disseminada rapidamente e passou a abalar os principais pilares do Exército: a disciplina e a hierarquia. Segundo os militares, Jango desejava que o comunismo adentrasse nas casernas para dar apoio às suas ações, principalmente nas classes subordinadas a fim de desestruturar o poder dos superiores contrários ao seu governo.

Externamente o mundo vivia a Guerra Fria. Depois da Segunda Guerra Mundial e a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, a doutrina francesa foi substituída pela americana nas Escolas Militares e o anticomunismo, tão presente no imaginário americano, tornou-se ativamente presente no imaginário nacional.

De acordo com as entrevistas analisadas por Atassio, fica clara a afirmação de que Jango era temido pelos militares por suas ‘tendências à esquerda’, ou seja, aproximação do povo, suas reformas de base – principalmente a agrária – que eles associavam à ideologia comunista. Com isso ele faria uma verdadeira revolução social.

Contudo é importante frisar as divergências de opiniões em relação à conduta adotada por Jango. Alguns militares viam um despreparo muito grande para o cargo e

⁶¹ ATASSIO, *op.cit.* p. 61.

por isso fácil de ser manipulado pelas esquerdas. Outros dizem que ele não passou de um instrumento dos comunistas para chegar ao poder.⁶²

Todo o governo de Jango foi marcado por instabilidade, mas o ano de 1963 sinalizava para o fim. Em 12 de outubro a Revolta dos Sargentos em Brasília mostrou para as Forças Armadas que era hora de se organizar para um possível confronto. Os militares viram na Revolta um sinal da infiltração comunista para abalar a hierarquia e a disciplina e rapidamente foi sufocada.⁶³

O governo de Jango ia de mal a pior. No ano de 1964, Jango passou a buscar apoio da sociedade para as reformas. Em 13 de março no Comício da Central do Brasil, Jango partiu para as ruas para angariar apoio popular em um dos momentos mais difíceis de seu governo. Para os militares este Comício foi uma afronta às Forças Armadas e uma comprovação de sua aproximação com a esquerda e a reação da direita foi imediata, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, que marchava contra o avanço do comunismo.⁶⁴

Em 30 de março, os sargentos organizaram um baile no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, onde esperavam que o presidente aparecesse. João Goulart, mesmo sob ordem das Forças Armadas para não comparecer, não só foi ao baile, como discursou em favor dos sargentos e isso foi uma afronta, a gota d'água para aqueles que conspiravam contra o presidente.⁶⁵

Segundo Ronaldo Costa Couto “no meio militar, a presença do presidente – o comandante supremo das Forças Armadas – no encontro dos sargentos é vista como atentatória à hierarquia e à disciplina. É a fâsca que faltava para detonar o golpe.”⁶⁶

O golpe é deflagrado em Minas Gerais com Olympio Mourão Filho que junta sua tropa e parte para a cidade do Rio de Janeiro a fim de derrubar o governo. Jango foi deposto, se exila no Uruguai e começa os longos 21 anos de governo militar.

⁶² ATASSIO. *Op. cit.*

⁶³ *Ibidem.*

⁶⁴ *Ibidem.*

⁶⁵ Diniz afirma que a partir deste dia, Jango não assinou mais nada como presidente.

⁶⁶ COUTO, Ronaldo. História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985 p.21

3.2 O Regime Militar

Após o discurso no Automóvel Clube a oposição conspirava uma maneira de derrubar o presidente. Olímpio Mourão, ao partir de Juiz de Fora com 4mil homens rumo ao Rio de Janeiro, surpreende Castello Branco, chefe do EMFA – Estado Maior das Forças Armadas. Nos últimos anos do governo de Jango, Castello foi um dos maiores conspiradores ⁶⁷ e traçou um plano para que as tropas de Minas Gerais e São Paulo rumassem ao mesmo tempo para o Rio de Janeiro. Isso fazia dele o líder do movimento. ⁶⁸

Para os militares a atitude de Olímpio Mourão é justificada, pois tirou o Exército da inércia, já que seu líder maior não era um golpista de fato, mas sim um legalista. Afirmam ainda que, os rumos do golpe não estavam totalmente definidos e por isso não poderia acontecer antes do dia primeiro de abril. ⁶⁹

Jango acreditava que estava protegido contra qualquer ameaça através do Exército e por isso se aproveitou das desavenças entre praças e oficiais para buscar apoio nos sargentos. Mas se iludiu quanto a este, já que seria necessário quebrar os pilares das Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina. Jango contava com apoio de seções do Exército – I, II e III –, mas quando parte do II debandou, as outras duas enfraqueceram o apoio e Jango admitiu o fracasso de seu esquema militar ⁷⁰ causando uma grande surpresa entre os militares que acreditavam que haveria resistência com batalhas sangrentas.

“O maior erro de Jango foi não acreditar no potencial golpista das Forças Armadas e desmerecer a instituição sob vários aspectos, inclusive desrespeitando seus dogmas ao desprezar a hierarquia, buscando apoio dos sargentos em detrimento dos oficiais.” ⁷¹

⁶⁷ Castello foi o autor do “Manifesto dos Coronéis”.

⁶⁸ ATASSIO, *op. cit.* p.90.

⁶⁹ Idem, p. 91.

⁷⁰ Villa, Marco Antonio. Jango: Um perfil. *Apud.* ATASSIO, p.96.

⁷¹ *Op. cit.*, p. 98.

3.2.1 O Governo Castello Branco

Findo o período de transição, inicia-se o governo de Castello Branco que de general legalista transforma-se em marechal ao desligar-se do Exército. Já no princípio importantes rachas políticos internos surgem ⁷², na economia a inflação supera os 100%. Castello convoca Roberto Campos e Octávio Bulhões que criam o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) a fim de ‘arrumar a casa’. Segundo Couto o PAEG visava, “[...] a retomada do crescimento, a redução da inflação e a diminuição dos desníveis regionais e setoriais de renda; prioriza o corte de gastos públicos, a elevação dos impostos, a contenção dos salários”. ⁷³

A busca por inimigos continua: vários IPMs (Inquéritos Policiais e Militares), para investigar pessoas ligadas às atividades ‘subversivas’ - são instaurados, a Comissão Geral de Investigação (CGI) é criada e o direito à greve é anulado. O Serviço Nacional de Segurança (SNI) ⁷⁴, idealizado por Golbery, é criado já no início do governo. Neste cenário, se iniciam as cassações. Castello investigou exaustivamente Juscelino Kubitschek e acabou por cassá-lo – atitude censurada por Geisel, mas apoiada por Costa e Silva e por Carlos Lacerda.

A linha dura começa a crescer na figura de Costa e Silva – chefe da Casa Militar – fato este, que enfraquece o governo de Castello e aumenta a crise dentro das Forças Armadas. Este fortalecimento de Costa e Silva se deu, segundo os militares que estavam diretamente envolvidos no Golpe, pois Castello era fraco, legalista e não atingiria os anseios da revolução. ⁷⁵

Castello Branco assumiu o governo num momento conturbado, mas conseguiu evitar problemas, por seu espírito conciliador, por sua liderança e comando, até mesmo sobre os civis. Nos anos seguintes o regime se fechará sob o comando da linha dura.

⁷² Nomeia ministros da UDN e do PSD.

⁷³ COUTO, *op.cit*, p.66.

⁷⁴ Foi criado a fim de coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna. Com a passagem do tempo, distorcido, o SNI torna-se poder político *de facto*, paralelo ao Executivo.

⁷⁵ ATASSIO, *op. cit*.

3.2.2 O Governo Costa e Silva

Costa e Silva assume o governo com a situação econômica favorável devido ao PAEG, mas o país será marcado por intensas agitações sociais e endurecimento do regime sob a égide do AI-5.

“O novo presidente assume com a disposição de governar dentro da legalidade e da constituição. Fala em humanização e, sobretudo, em democracia. Mas vai acontecer o contrário. Será um governo turbulento e truculento. Logo no primeiro ano, há um grande número de protestos. A oposição começa a se manifestar [...]”⁷⁶.

Já no primeiro ano de seu governo, após a invasão da UnB por militares e o discurso do deputado do MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Márcio Moreira Alves contra a ditadura, Costa e Silva aprova o ‘golpe dentro do golpe’: o AI-5.

“[...] o mais abrangente e arbitrário instrumento do regime e seu símbolo maior, tem vigência indefinida. Agora é a ditadura sem disfarce, os militares querem governar, substituir o poder civil por prazo indeterminado. Com o AI-5 o presidente pode tudo. Os direitos e as garantias individuais são esmagados, muitos opositores do regime militar, sobretudo jovens, não vêem outra saída para atuarem que não a clandestinidade e a luta armada.”⁷⁷

Segundo Gaspari, o AI-5 foi aplicado para cassar 113 mandatos de deputados federais e senadores; 190 de deputados estaduais; 38 de vereadores e 30 de prefeitos. No total, foi usado contra mais de 1600 pessoas.

Costa e Silva sofre um acidente vascular cerebral em agosto de 69, com isso, é impedido de continuar no governo e seu vice, Pedro Aleixo, também não assume. O governo passa então em mãos de uma Junta Militar formada por três ministros (AI-12): Lyra Tavares do Exército; Augusto Rademaker da Marinha e Márcio de Souza e Mello da Aeronáutica.

Mesmo antes da confirmação do impedimento de Costa e Silva, alguns militares fizeram consultas entre os Altos Comandos das Forças Armadas: o mais votado foi Emílio Garrastazu Médici (então comandante do III Exército). Este afirma não ser candidato, mas se curva ao Alto Comando, pois não se trata de um convite e sim de uma missão.

⁷⁶ COUTO, p.88.

⁷⁷ Ibidem, p. 96.

Em 1969, a Emenda Constitucional de 1967 é outorgada e por sua abrangência fica conhecida como ‘Constituição de 1969’.

3.2.3 O Governo Médici

Em seu discurso de posse Médici afirma que primará pelo direito do homem, mas seu governo é considerado o mais duro, o mais repressivo, por outro lado, devido ao bom desempenho da economia – fato este que legitima o regime – e pela propaganda eficiente, seu governo é popular – quase 70% de aprovação – e prestigiado, inclusive pelo povo.

“Só a oposição fala em democracia e, ainda sim, sem ressonância. Censura, repressão e ambiente triunfalista bloqueiam o debate de idéias e as críticas. A impressão passada ao povo é a de que desenvolvimento exige governo forte. Governo militar. Com raro profissionalismo, o marketing governamental estimula a auto-estima do povo e, sobretudo, suas esperanças, ligando ambas ao desempenho e à idéia de um futuro brilhante.”⁷⁸

Já em 1972, se inicia rumores sobre a sucessão de Médici. Cogita-se o nome de Geisel, mesmo sendo ele mais da linha castelista do que da costista. Para muitos, a influência de Orlando Geisel (que para alguns, só não assumiu o lugar de Médici por sérios problemas de saúde) – irmão de Ernesto, amigo íntimo de Médici – foi decisiva para a escolha de Médici e de Ernesto Geisel para presidente.

As marcas do período Médici são o enrijecimento do regime e o espetacular desempenho econômico do país, crescimento, repressão política, autoritarismo e comprometimento da liberdade – anos de cinza e chumbo.

Segundo Couto⁷⁹ o primeiro passo dado do governo de Médici rumo à liberalização foi dado em 1973 quando da indicação de Ernesto Geisel para a presidência.

3.2.4 O Governo Geisel

É no governo de Geisel que se inicia o processo de transição da ditadura para a democracia, nos seus dizeres ‘de forma lenta, segura e gradual’. Segundo Couto, dos cinco presidentes militares, Geisel foi aquele que tinha mais condições, estava mais

⁷⁸ COUTO, *op. cit.*, p.114.

⁷⁹ *Idem*, p.126.

apto a governar, pois, com seu estilo monárquico tinha o poder em suas mãos. “A liderança e a postura imperial de Geisel são tão marcantes e seu estilo tão centralizador, que os adversários dizem que ele não tem ministros, apenas assessores especiais.”⁸⁰

O objetivo de Geisel era manter e ampliar o apoio militar para que mudanças pudessem ser feitas e asseguradas. Deixa claro que, para que se estabeleça a democracia é necessário o fim do regime militar.

“[...] a necessidade da abertura era idéia antiga de Geisel e Golbery, que foi sendo operada e ampliada, de modo improvisado, às vezes contraditório, conforme o balanço de poder e a evolução da realidade militar e política, muito especialmente quanto à linha dura das Forças Armadas. Como o projeto é de dentro para fora e tem adversários poderosos dentro e fora das Forças Armadas, eles não abrem mão dos poderes concentrados no governo.”⁸¹

Segundo Francisco Iglésias⁸² a abertura não foi uma dádiva e sim resultado de uma imposição. Geisel percebeu que o golpe tinha falhado e que era hora de transferir o poder. A decisão de Geisel pela liberalização pode ser pensada de duas formas: primeiro, foi engenhosa a decisão de uma abertura ‘lenta, gradual e segura’, pois Geisel conseguiu manter os militares no governo por mais 11 anos sem maiores contestações; e segundo, a abertura não legitimava o regime militar, mas sim o regime que Geisel promovia – a democracia.

Para Geisel a revolução havia chegado ao fim, já tinha perdido seu foco, tinha deteriorado. Era preciso evoluir para a abertura, mas sem perder o controle do processo. Mesmo com toda a ‘campanha’ de liberalização, ainda sobrevivia o mais temível veículo de repressão e tortura o DOI-CODI⁸³. Mas a censura à imprensa progressivamente inexistiu em 1975 e isso dá à oposição meios de divulgar idéias, denunciar abusos e legitimar ainda mais a liberalização. “A liberalização política, com a ampliação do espaço da sociedade civil, especialmente da imprensa e dos partidos

⁸⁰ Ibidem, p. 138.

⁸¹ P. 147.

⁸² In: ___ COUTO, *op. cit.*, p. 149.

⁸³ Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna.

políticos, funcionou como neutralizador da tendência dominante daquele segmento [linha dura].”⁸⁴

Apesar do rápido crescimento econômico, que acabou por gerar empregos, o governo de Geisel culminou com o aparecimento de desequilíbrios e conseqüentes pressões inflacionárias. Para Geisel o ‘Estado tem que dirigir’⁸⁵ e por isso a dívida externa se elevou rapidamente.

No início de 1977, começa-se a se especular sobre quem sucederia Geisel. O nome de Figueiredo (general-de-divisão) era o mais cotado (fazia parte do grupo Geisel/Golbery), mas ainda não era um general-de-exército (4 estrelas), primeira ‘exigência’ para que o novo presidente, se militar, tivesse. Em julho Figueiredo anuncia sua provável, mas certa, candidatura.⁸⁶

3.2.5 O Governo Figueiredo

Num clima de esperança e desgaste Figueiredo assume em 1979, no que seria o último e mais desastroso presidente militar. Marcado por crises econômicas e pela tão desejada, mas duramente criticada, Lei de Anistia.

O que ainda preocupava o presidente, e até mesmo a sociedade, era continuar o processo de abertura conciliado com as sombras da economia. O contexto era de grave crise mundial, que combinava crise energética, taxas de juros crescentes e declínio do nível de atividade econômica. A crise se aprofunda, mas a política econômica só vai se ajustar à nova realidade a partir de 1981.⁸⁷

Em agosto de 1979, Figueiredo daria um ‘golpe final’ ao regime com a criação da Lei 6683 – a Lei de Anistia. Para ele a anistia era uma forma de “Apagar multilateralmente ressentimentos, desarmar os espíritos, prevenir represálias, anular o

⁸⁴ COUTO, p. 194.

⁸⁵ D’ARAÚJO & CASTRO (orgs.). Geisel. *Apud* ATASSIO, *op.cit*, p.152.

⁸⁶ COUTO, *op.cit*.

⁸⁷ COUTO, *op. cit*.

revanchismo, a forra, reintegrar centenas de exilados brasileiros espalhados pelo mundo.”⁸⁸

A Lei de Anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979, propunha a remissão recíproca, ou seja, o perdão aos crimes cometidos pelos civis e militares, pela esquerda revolucionária e pelos agentes da repressão⁸⁹.

O governo de Figueiredo, assim como todos os anteriores, foi marcado por ‘bons’ e ‘maus’ momentos, pois, mesmo a economia estando ainda desorganizada, o Estado passava por um processo que era desejado desde o início dos anos 70 – à volta democracia e o restabelecimento da liberdade.

É interessante notar que os militares sempre estiveram à frente das decisões quanto aos rumos que ao país tomaria. Vale lembrar que através de suas memórias, analisadas por Atassio, de forma geral, eles viram os 21 anos de Ditadura de forma positiva, já que faziam parte da Instituição que guiou todos os passos. E é neste ponto que o GEUAR pode ser pensado: esses ex-militares, que hoje integram o grupo, também faziam parte de uma Instituição que fazia parte do regime e foram por ela desligados e perseguidos.

3.3 A formação do GEUAR

3.3.1 Fundação e atuação

A associação esportiva o GEUAR foi fundado em 1948 por militares e ex-militares da Aeronáutica. Juridicamente o GEUAR é de 1997, mas a luta envolvendo a associação e os militares da FAB se inicia nos anos 1990 sob a liderança de Fernando Diniz e Silva. De início as reuniões em Belo Horizonte aconteciam em bares, com o intuito de amigos antigos dos tempos de Aeronáutica se encontrarem e conversarem.

Segundo Diniz, em 1994 ele iniciou a busca por todo e qualquer documento que dizia respeito à anistia. Mas essa, segundo ele, era uma procura solitária, pois o pessoal

⁸⁸ Idem, p.274.

⁸⁹ A Lei de Anistia, bem como todo o processo de sua aprovação, a aceitação da sociedade e suas conseqüências serão melhor debatidas no capítulo seguinte.

se reunia mais pra beber e jogar conversa fora do que para traçar planos de luta. “Naquela época, por volta de 94, eu comecei a desgostar com a turma. Por quê? Primeiro: a gente chegava começava a conversar, aí chegava um e pedia uma cerveja, daí a pouco vinha o whisky, vinha a cachaça e aí o assunto desvirtuava”.⁹⁰ Nesse mesmo período Diniz se afastou do grupo, pois acreditava que em mesa de bar não se conseguia conversar sério.

Com seu afastamento, o grupo se sentiu prejudicado, não porque Diniz “seria melhor ou mais inteligente que ninguém”, mas porque ele estava envolvido nessa “luta” desde 1972, quando foi expulso da Aeronáutica⁹¹. Após ser procurado pelo grupo e de ter ‘imposto’ algumas condições para que voltasse, no ano mesmo de 1994, o GEUAR começa a atuar.

“Eu posso voltar, mas da seguinte forma: nós vamos procurar um lugar, um local pra reunir, nós vamos formar um estatuto, formar uma associação. Porque o GEUAR não existia juridicamente, só existia assim, e de conversa, de história, aquela coisa toda, mas juridicamente não existia.”⁹²

Diniz fica na presidência no período de 1994–2004, nos anos iniciais extra-oficialmente, mas a partir de 1997, com a oficialização da pessoa jurídica do GEUAR, como presidente oficial⁹³, mas o ‘escritório’ funcionaria em sua casa até 2005.

Segundo Diniz e Dutra⁹⁴ a perseguição aos cabos se inicia ainda no período pós-guerra na figura do ex-ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes. “A gente também não tem certeza, porque até agora na literatura, a gente não encontrou algo que confirmasse realmente. É uma história que vem do quartel desde a guerra”.⁹⁵ Ambos narram que quando Eduardo ainda era piloto da FAB ele fora atingido por um estilhaço de granada e ficou estéril, pois este teria acertado um de seus testículos. Esta granada teria sido lançada por um cabo (não se sabe se brasileiro ou alemão) e este seria um dos motivos pelos quais a Aeronáutica passou a perseguir os cabos. “Não se sabe, mas diz que foi

⁹⁰ Entrevista realizada por Esther Itaborahy Costa, em Contagem, no dia 18/08/2009.

⁹¹ Diniz foi expulso da FAB em março de 1972 e segundo ele, a partir deste dia, sua “luta” iniciou.

⁹² Entrevista realizada por Esther Itaborahy Costa, em Contagem, no dia 18/08/2009.

⁹³ No início, como não tinham sede própria, o GEUAR se reunia no auditório do Colégio São Rafael/BH e no Colégio Tiradentes.

⁹⁴ Entrevista realizada por Esther Itaborahy Costa, em Contagem, no dia 28/10/2009.

⁹⁵ Idem.

um cabo e por isso ele criou ódio contra os cabos: ele não podia ver um cabo que queria metralhar um elemento”⁹⁶.

A fim de diferenciar os cabos do resto da tropa para, que eles ‘não se misturassem’, suas fardas eram diferentes, o cabo não podia andar à paisana mesmo que estivesse de férias, não podia casar, pois seus filhos eram considerados bastardos. Todas essas afirmações, segundo os depoentes fazem parte da perseguição da Aeronáutica aos cabos.

A luta desses ex-militares teve início a partir da edição da Portaria 1104 de 12 de outubro de 1964 do Ministério da Aeronáutica em que a Portaria 570 é revogada, portaria esta que dava estabilidade aos cabos. A Portaria 1104 se baseia na Portaria 1103 que expulsou os cabos que faziam parte da ACAFAB (Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira) que apoiaram os sargentos na Revolta dos Sargentos de setembro de 1963 em Brasília. Neste ponto é interessante notar como Diniz é preciso ao narrar sobre tais portarias.

Após o banimento da ACAFAB pela Portaria 1103, a Portaria 1104 veio para ‘limpar’ os cabos da FAB, pois eles se apresentavam em grande número e poderiam causar problemas. Segundo um estudo realizado pela Aeronáutica (o Ofício Reservado 04, que trata os cabos como ‘problemas’), o número de cabos era de 7 para cada oficial e de 4 cabos para cada sargento.

Os militares ainda aprovam a Portaria 1105 que apura atividades comunistas dentro das Forças a fim de conter qualquer manifestação de desagrado. No bojo das perseguições, em outubro de 1964, a Aeronáutica lança o Boletim Reservado nº10, onde os inquéritos militares contra os militares da ACAFAB não são encerrados e dá margem para que as perseguições se tornem constantes.

Somente em Belo Horizonte, mais de 500 processos entre militares da Aeronáutica, da Polícia Militar e Civil, do Exército, foram encaminhados para a Comissão e todos passaram pela mão de Diniz. Destes, 151 processos foram reconhecidos e deferidos, aqueles que foram indeferidos o foram porque a Comissão de

⁹⁶ Idem.

Anistia criou um padrão de que quem incorporou depois de 1964 não tem direito de ser anistiado já que eles sabiam da existência de limitação do tempo de serviço. Para Diniz esse parâmetro é mais uma “perseguição contra nós, os cabos da Aeronáutica”.

Desde o início, o GEUAr busca trabalhar e amparar militares atingidos pela Revolução de 1964 a fim de lhes garantir seus direitos e de reintegrá-los à Aeronáutica, já que o ex-militar é anistiado recebendo o benefício de acordo com a patente que teria se tivesse seguido na Força. Eles elaboram processos, tanto de militares da Aeronáutica como da Polícia Militar, a fim de lhes encaminhar à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, onde lhes é conferido o diploma de Anistiado Político e a reintegração à força militar que servia com todos os direitos legais previstos.

3.3.2 Composição ⁹⁷

O GEUAr, Grêmio Esportivo Unidos do Ar, como agremiação surgiu com um grupo de amigos em 1948, em Lagoa Santa (MG), com a finalidade esportiva: se reuniam para conversar, jogar futebol e tomar uma ‘gelada’. A finalidade política e social, segundo Diniz ⁹⁸, foi ele quem criou.

A Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica – nome dado ao grupo após se tornar uma associação política e social, mantendo a sigla dos ‘irmãos’ de Lagoa Santa – é formada por militares da reserva, reformados ou ativos de qualquer das três Forças Brasileiras, anistiados ou anistiandos, atingidos por atos de exceção e que estejam amparados pelo artigo 8º do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) ⁹⁹ da Constituição Federal Brasileira regulamentado pela Lei 10559 de 14 de novembro de 2002.

⁹⁷ Estatuto da Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica – Grêmio Esportivo Unidos do Ar.

⁹⁸ Fernando Diniz e Silva fundador e Diretor Presidente do GEUAr por 10 anos.

⁹⁹ “É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação *exclusivamente* política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.” In: _____. Constituição Federal Brasileira ,vol. I.

O GEUAr é uma entidade sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria ¹⁰⁰, não representa partidos políticos, religiões ou grupos étnicos. Seus principais objetivos são: representar todos os associados perante os três poderes federais no que tange à anistia e oferecer aos mesmos, assistência e orientação jurídica para buscarem seus direitos ¹⁰¹. A associação se mantém através de mensalidades pagas pelos associados a fim de auxiliar na compra de materiais de escritório e afins, manutenção e demais necessidades do grupo.

A administração é composta por três órgãos: a Assembléia Geral – a instância máxima do GEUAr –, a Diretoria e o Conselho Fiscal. A Assembléia Geral dos Associados (AGA) ocorre a cada dois meses ou quando esta achar necessária uma convocação extraordinária e é formada por um presidente e um secretário que devem estar em dia com suas obrigações estatutárias. À AGA compete ainda: traçar os planos da associação e deliberar sobre assuntos da mesma, assim como, coordenar todas as ações dentro do GEUAr – eleições, aprovação de contas, alteração do estatuto.

A Diretoria é composta por dez cargos, cada um com suas obrigações devidamente estabelecidas e é eleita por mandato de dois anos e poderá ser reeleita por mais um período e se reunirá mensalmente. Suas deliberações serão tomadas mediante a aprovação de 2/3 dos presentes às reuniões, sendo de sua competência: elaborar e executar programas de ação do GEUAr; traçar planos para aplicar os recursos; cumprir e fazer cumprir as deliberações da AGA; elaborar regimento interno de acordo com o estatuto.

Já o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos em conjunto com a diretoria por mandato de dois anos e reeleição por mais um período. É de sua competência: fiscalizar as movimentações financeiras; examinar e aprovar os relatórios de prestação de contas. É de sua total responsabilidade apontar e fazer esclarecer juntamente à AGA quaisquer irregularidades.

Diniz afirma que o GEUAr é,

“[...] uma associação, que é para mim uma das primeiras de fé pública reconhecida pelo Ministério da Justiça, em que a gente tem livre acesso. E

¹⁰⁰ O CNPJ é de setembro de 1997.

¹⁰¹ O GEUAr possui um estatuto interno onde estão explicitados todos os direitos e deveres da associação e de seus associados.

hoje nós somos reconhecidos no Brasil inteiro, eu trabalho com pessoas do Brasil inteiro, buscando o direito de pessoas do Brasil inteiro”.¹⁰²

Mesmo após seu afastamento definitivo do GEUAr, Diniz continua dando assistência àqueles que o procuram em sua casa.

3.3.3 As perseguições e suas conseqüências

Com essas portarias editadas, as Forças Armadas detiveram o controle sobre os militares da caserna, o que lhes causava certa ‘tranqüilidade’ durante os anos de regime. Diniz, que me concedeu duas entrevistas neste semestre, narrou com detalhes essa calma vivida pelas Forças Armadas, em especial a Aeronáutica, após ter expulsado os subalternos ‘subversivos’ e toda sua luta iniciada em 31 de março de 1972.

“Em 31 de março de 1972, mais precisamente a trinta e uma nos, decidi ir a busca de nossos direitos usurpados pelo Comando Revolucionário de 31 de março de 1964, através da Portaria 1.104 GM3 de 12/10/1964, editado pelo Ministério da Aeronáutica, este ato criminoso não atingiu somente a mim e sim a todos os cabos e soldados de primeira classe da FAB. Nunca desisti de lutar mesmo em momentos que nos parecia inútil continuar lutando.”¹⁰³

Durante todos esses anos, Diniz buscou documentos em todos os lugares em que seria possível encontrar algo que lhe favorecesse na luta, mas sempre encontrou portas fechadas e ignorância, pois “ainda imperava a Ditadura”. Neste caminho, muitos outros que também foram prejudicados, ao invés de colaborar, permaneceram de fora criticando principalmente os encontros iniciais do GEUAr que era realizados em bares¹⁰⁴. Diniz afirma que também participou destes encontros, mas quando percebeu que “aquele não era o caminho que nos levaria ao sucesso abortei de imediato e resolvi ir em frente mesmo que fosse para uma derrota”¹⁰⁵.

Quando servia à Aeronáutica, Diniz era cabo e sonhava chegar a postos superiores: serviu até 1972, mas com o advento do Estado de exceção e das inúmeras portarias editadas, não só Diniz, como vários outros, virão seus sonhos desmancharem.

¹⁰² Entrevista realizada por Juliana Godoy Santos e Giovani Prado, em Belo Horizonte, no dia 08/09/2007.

¹⁰³ Memorial “A vitória está chegando”, escrito por Fernando Diniz e Silva em 10 de maio de 2003 quando ainda era Diretor Presidente do GEUAr. Este documento se encontra comigo.

¹⁰⁴ Como já foi dito, somente em meados de 1995 o GEUAr passou a se reunir em auditórios cedidos e em 2004 conseguiram alugar um escritório na Rua Curvelo/Bairro Floresta em Belo Horizonte.

¹⁰⁵ Idem.

No dia 2 de abril, como já era de costume, Diniz conta que levantou, fez a barba, pôs o feijão pra cozinhar e quando estava saindo para ir trabalhar sua mulher acordou e lhe perguntou

“Cê vai aonde”? Eu disse: “eu vou trabalhar”. Ela falou “escuta, volta aqui, você não foi expulso? Você não pode entrar no quartel mais. Você não pode vestir essa farda mais, não te tomaram a sua farda, não expulsaram você, o que você vai fazer lá?”¹⁰⁶

Nesse momento, segundo Diniz é que “a ficha caiu”. Ele sentou mais de 2 horas em sua varanda e chorou, molhando toda a farda.

“Eu estava saindo numa varanda que tinha na minha casa e sentei no degrau da varanda e por aproximadamente umas duas horas eu chorei. A minha farda ficou molhada de lágrimas (novamente emocionado), e naquelas lágrimas estavam o meu sonho, as lágrimas tinham o meu sonho. Então, me levantei dali, tirei a farda, pedi a ela que guardasse, que levasse e guardasse. Tenho ela até hoje.”¹⁰⁷

Fica claro o amor de Diniz à Aeronáutica, à farda, à profissão que havia escolhido para o resto da vida, pois afirma que a farda não tinha culpa do que estava acontecendo, mas sim daqueles que estavam dentro do Regime.

“[...] não foi a farda que fez isso comigo, foram aqueles que se julgaram donos do poder é que fizeram, a farda não tem culpa disso. Um dia, eu levantei dali e repeti comigo mesmo, falei “um dia eles vão ter que reverter esse quadro, eu não fiz nada”.¹⁰⁸

Á época Diniz, com dois filhos pequenos e casado com sua primeira esposa, ganhava 1040 cruzeiros. Quando de sua expulsão, foi procurar emprego como motorista da Drogaria Araújo de Belo Horizonte para ganhar 85 cruzeiros pra “sustentar a família e ter dignidade de homem”¹⁰⁹. Mesmo depois de ter sido aprovado em todas as provas para o emprego, Diniz apresentou todos os documentos, mas por ter sido desligado da FAB teria que mostrar uma certidão negativa de atividade política retirada no DOPS – Destacamento de Ordem Política e Social - para que fosse admitido. Segundo Diniz ele ainda era perseguido, pois passou meses indo atrás deste documento e não o conseguia e como não podia ficar desempregado voltou ao quartel onde servia para conseguir alguma ajuda neste sentido.

¹⁰⁶ Trecho da entrevista de 08/2007.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

Um amigo major lhe indicou para trabalhar numa empresa que fazia torneiras em Belo Horizonte, mas ficou lá somente 6 meses. Passou para a Fiat e depois foi para a Gerdau onde se aposentou. “Eu tive sorte. Eu tive sorte! Mas tenho colega aí que não conseguiu emprego de jeito nenhum. Ele ficou velho e não conseguiu emprego. Depois de certa idade você não conseguia mais”.¹¹⁰

Ao longo de todas as entrevistas, Diniz e até mesmo Dutra, deixam claro que eles sempre estiveram à frente das ‘lutas’ e do GEUAr e que fizeram, principalmente Diniz, tudo que estava ao alcance, que se precisasse iria “até o inferno” e que um dia ele ainda agradeceria àqueles que fecharam as portas.¹¹¹

Os integrantes do GEUAr sempre viram em Diniz um líder – aquele capaz de ajudá-los em qualquer momento. Para mostrarem esse reconhecimento, quando das eleições de 2005, quando Diniz passou o cargo para Antônio Fagundes, ele ganhou um carro comprado com a ajuda de todos os ‘irmãos’.

Já Dutra, Fernando José Dutra, amigo de infância de Diniz e seu ‘irmão de luta’ desde o início do GEUAr, também foi desligado da Aeronáutica através da Portaria 1104. Saiu da FAB e foi trabalhar como motorista de ônibus para ganhar 75 cruzeiros, mas segundo ele “eu não agüentei esse serviço; saí desse serviço”. Dutra prestou concurso na Cemig, e enquanto aguardava ser chamado foi trabalhar de segurança “era o carro de carregar dinheiro, só consegui entrar na Minas Forte porque lá eles ‘tavam’ pegando toda a mão-de-obra de ex-militares por causa do treinamento, que eles não precisariam mais dar”¹¹². Segundo ele as coisas melhoraram depois que a Cemig o chamou e ele foi fazer um serviço para Aureliano Chaves¹¹³. O trabalho foi um sucesso

“[...] graças a Deus, que Deus iluminou e eu fiz um serviço maravilhoso. Eu saí do aeroporto, tava assim de repórter e eu consegui largar todo mundo pro meio do caminho, não consegui chegar um comigo. Todo mundo perdeu no meio do caminho e o Aureliano ficou doido com o meu serviço, tanto ele

¹¹⁰ Trecho da entrevista de 28/10/2009.

¹¹¹ Entrevista de 18/08/2009.

¹¹² Idem.

¹¹³ À época candidato ao governo de Minas. O serviço seria despistar os repórteres que estavam no Aeroporto da Pampulha e levar Aureliano até sua casa.

quanto o chefe da segurança, e aí me convidou pra trabalhar. Daí eu fui emprestado”¹¹⁴.

Dutra trabalhou como segurança do governador por 10 anos. Como fazia sempre ‘bons serviços’ era emprestado para o sucessor, mas ainda continuava com seu cargo na Cemig. Ainda como segurança do governador do estado, Dutra conta que o presidente Figueiredo iria a Ouro Preto no dia 21 de abril fazer um discurso e que surgiu um boato de que iriam lançar uma bomba contra o presidente. Como o país estava sob o regime de exceção um esquema espantoso de segurança fora montado.

“Em cada ponte, do aeroporto da Pampulha até a praça de Ouro Preto, todo lugar que tivesse uma ponte, tinha 4 militares de fuzil e metralhadora e durante toda a solenidade em Ouro Preto, o governador e o presidente, desde a hora que eles chegaram até a hora que eles saíram, havia em cima da praça, na escola, do lado daquela república do lado de onde pegou fogo, no fundo do Museu da Inconfidência e naquela descida que vai descer no Hotel Hidrominas, durante toda a solenidade ficou parado 4 helicópteros parados, literalmente parados lá e os caras de metralhadora pra baixo. Calcula você o preço do aparato todo, um helicóptero parado meia hora. E era a ditadura, eles faziam o que queria”¹¹⁵.

Quando da eleição de Tancredo Neves para o governo do estado, Dutra foi dispensado e voltou para a Cemig onde trabalhou por 12 anos e se aposentou. “Eu, graças a Deus, dei sorte, mas muitos não tiveram a mesma sorte que a gente”¹¹⁶. Como ex-segurança do governo do estado afirma “Tem muita coisa que aconteceu que a gente não pode falar porque a gente não prova. Mas muita coisa a gente viveu na pele, eu 10 anos na segurança do governo, imagina você o que eu ouvi e o que eu vi nesse tempo”¹¹⁷.

Ambos, Diniz e Dutra, incorporaram à mesma época, serviram juntos na Base Aérea em Belo Horizonte, foram desligados no mesmo dia e foram anistiados no mesmo dia – 29 de outubro de 2003¹¹⁸

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Segundo Dutra, suas mães sempre foram amigas e eles também. Dutra é padrinho de casamento de Diniz e padrinho de seu filho mais novo, Luís.

4 Anistia

4.1 Origem

“O desrespeito ao Estado de Direito é uma dessas peculiaridades que se explicam e justificam também com base em paradigmas, em modelos sustentados por concepções que legitimam, por exemplo, os abusos de poder e de autoridade, característicos não só de regimes de exceção mas, sobretudo, de exacerbações de autoritarismo.”¹¹⁹

Com origem na Grécia de Sólon, o conceito de anistia deriva do substantivo *amnestía*, era concedido como ato de clemência e perdão àqueles perseguidos por tiranos – com exceção quando de crimes de assassinato e traição – e ainda lhes restituía seus direitos como cidadão. Já em Roma, a idéia de anistia aparecia com diferente nome, *generalis abolitio*, mas com mesmo significado: perdão e esquecimento. Com o advento da Revolução Francesa e a Constituição de 1791, a anistia – “antes considerada um ato de graça dos governantes – distinguiu o ato de graça, com características de indulto¹²⁰, como atribuição privativa do presidente da república [...]”¹²¹.

Pode-se pensar que a anistia é um ato de autoridade, onde se concede perdão por crimes de natureza política, mas, na verdade, trata-se de ato conciliatório, desejado pela sociedade, em reparar os abusos sofridos aos opositores de regimes de exceção. “A anistia é um ato reparatório aplicado a situações de confronto político, decorrentes de quebra da normalidade instituída no Estado de Direito”¹²². É sempre coletiva, não se estende somente às penas, igualmente aos fatos que a determinaram, “como se o anistiado jamais tivesse sido condenado”¹²³.

Pensadores modernos como Rousseau e Montesquieu, divergiam quanto às situações em que a anistia deveria ser aplicada. O primeiro em *Contrato Social* se mostra indeciso quanto ao tema, pois para ele “o direito de o soberano agraciar não está

¹¹⁹ PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org.) *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*. Textos de Ana Gabrecht; Valter Pires Pereira, Uber José de Oliveira. Vitória: Flor&Cultura. Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2005, p. 19.

¹²⁰ Se destina a crimes comuns.

¹²¹ *Ibidem*, p. 102

¹²² *Idem*.

¹²³ MEZAROBBA, Glenda. ‘Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro’. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, p. 1.

bem definido”¹²⁴. O segundo considerava a anistia politicamente eficaz “esse poder que o Príncipe tem, executado com sabedoria, possui efeitos admiráveis”¹²⁵. E quando de sua aplicação afirmava “é uma coisa que é melhor sentir do que prescrever”¹²⁶.

No Brasil, a anistia foi instituída em 1654, em Pernambuco, quando da expulsão dos holandeses e passou a ser utilizada em diversas revoltas (Revolta dos Beckman, Guerra dos Emboabas). Tida por Rui Barbosa, como um ato “de alta sabedoria política” (ele mesmo fora anistiado em 1895 pela Revolta da Armada), esteve presente em vários momentos importantes da história brasileira. Em setembro de 1822, no que seria a primeira anistia concedida após a Proclamação da Independência, D. Pedro decretou:

[...] E porque eu desejo sempre aliar bondade com justiça e com salvação pública, suprema lei das nações, hei por bem e com o parecer do meu Conselho de Estado ordenar o seguinte: fica concedida anistia geral para todas as passadas opiniões políticas até a data deste meu real decreto, excluídos todavia dela aqueles que já se acharem presos e em processo” [...]

127

O instituto da anistia foi incluído na Constituição de 1824, como prerrogativa exclusiva do imperador, que logo a concedeu juntamente com o ato de extensão da nacionalidade brasileira aos estrangeiros aqui radicados.

Nos anos 30, no governo provisório de Getúlio Vargas, a anistia foi estendida a todos – militares e civis – que participaram de movimentos revoltosos no país. Em 1945 a utilizaria novamente para anistiar “tantos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934”¹²⁸.

O regime autoritário instalado em 1964, com apoio de boa parte da sociedade, ao final dos anos 70, vivia um período de ‘lenta, gradual e segura’ distensão, nas palavras do presidente Ernesto Geisel. Segundo Brasília Sallum, a primeira mudança deveria ser no aparelho de Estado¹²⁹. Mas isso não significava que todos os militares quisessem ou

¹²⁴ ROUSSEAU. Contrato Social, p.70 *apud* MEZAROBBA *op.cit*, p. 2

¹²⁵ MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis, p. 101 *apud* MEZAROBBA *op.cit*, p.1.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 103 *apud* MEZAROBBA *op.cit*, p.1.

¹²⁷ Câmara dos Deputados. Anistia: legislação brasileira 1822/1979. Brasília: Centro de Documentação e Informação. 1980, p.21. *Apud* MEZAROBBA, *Op. cit*, p. 3.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 47.

¹²⁹ SALLUM, Brasília Jr. Labirintos: dos generais à Nova República. In: _ STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República, p.308. *Apud* MEZAROBBA *op.cit*, p.4.

trabalhassem para que essa distensão ocorresse, já que como a muito se sabe, havia importantes divisões nas Forças Armadas, “ e a abertura não constituiu um momento de exceção”¹³⁰.

Para levar seu projeto adiante, Geisel teria que se desvincilhar da imagem sempre associada no regime de que o chefe de governo era um representante da vontade militar. Essa imagem só seria quebrada em 1977 com a demissão do ministro do Exército, Sylvio Frota – linha dura, contrário à liberalização. Dentro da análise sociológica de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, a intenção de Geisel e de Golbery – chefe da Casa Civil – era chegar à ‘normalização institucional’, ou seja, “liberalizar o regime não para superar a ordem autoritária mas para institucionalizá-la”¹³¹. Em ‘A volta aos quartéis’, os autores afirmam que o *projeto* começou do alto, com passos liberalizantes, e que se tornou um *processo* determinado por muitas forças.

Geisel não concedeu anistia em seu governo, pois afirmava que esta seria gradual. Afirmou ainda que esse era um ‘problema de solução progressiva e era necessário antes de conceder o benefício, sentir a acompanhar a reação, o comportamento das duas forças antagônicas: a área militar, sobretudo a mais radical e a área política da esquerda e dos remanescentes subversivos’¹³². Mas isso não significa que não houve discussões em torno do assunto.

Arelado à anistia estava a utilização, desde o início do regime, de aparatos repressivos que minavam o direito de defesa dos acusados de crimes cometidos contra o governo, uma vez que o governo de 1964 classificava de inimigos do Estado todos aqueles que se opunham às suas idéias.

“Em um regime que institucionalizou sistemas capazes de deliberadamente produzir e disseminar o terror, a prática fez a sociedade brasileira, especialmente sua elite política e intelectual, mergulhar em um estado de medo permanente”¹³³.

¹³⁰ SOARES; D’ARAÚJO; CASTRO. A volta aos quartéis, p. 30-31.

¹³¹ SALLUM Jr. *Op. cit.*, p.39. *Apud* MEZAROBBA *op.cit.* p. 5.

¹³² CASTRO; D’ARAÚJO. Ernesto Geisel. P, 398.

¹³³ CORRADI, Juan; FAGEN, Patricia; GARRETON, Manuel. Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America. Los Angeles: University of California, 1992.

Com a inexistência do Estado de direito, os governos militares contavam com um aparato criado pela Doutrina de Segurança Nacional e com ajuda da Justiça Militar para manter-se.¹³⁴

4.2 Lei de Anistia: uma reivindicação antiga

Era grande o desejo pela anistia. Desde o início do golpe era pedida a concessão do benefício (líderes da oposição, alguns generais). A população não participou diretamente na luta por estar tomada pelo horror imposto pela ‘nova ordem’. Denúncias de tortura eclodem no mundo: EUA, Europa, a Igreja, todos denunciam que aqui, se pratica a tortura – “arma política e sistematicamente aplicada”¹³⁵.

Durante todo o regime militar brasileiro o desejo pela anistia esteve associado “à luta pela democracia, pela volta ao estado de direito e pelo reconhecimento e respeito aos direitos humanos”¹³⁶. As esperanças aumentavam à medida que diferentes segmentos da sociedade clamavam e apoiavam o arrefecimento do regime.

A partir de 1977 a luta se intensifica. Os EUA através do presidente Carter divulga ao mundo o caso brasileiro de desrespeito aos direitos humanos e os EUA invertem sua posição – de inicial apoiador do golpe, passa a criticá-lo de maneira pesada. Em 1978, para coordenar a luta pela anistia é organizado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Para a CBA a luta pela anistia estava no quadro geral das demais lutas do povo brasileiro pelas liberdades democráticas, defendia o perdão imediato a todos os perseguidos e presos políticos, mas não aos algozes de suas vítimas¹³⁷.

¹³⁴ Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e Lei de Organização Judiciária Militar. Decretados em 1969, regularizavam os órgãos de segurança nacional: SNI (Serviço Nacional de Segurança, Centros de Informação do Exército (CIEX), da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), dos DOI-CODI (Destacamentos de Operações e Informações e Centros de Operações de Defesa Interna). E em SP, vinculada ao II Exército estava a OBAN (Operação Bandeirantes). Somente no fim dos governos de Figueiredo os DOI-CODI foram absorvidos pelas 2^{as} seções do Exército e destinadas a informações no campo militar. COUTO, Ronaldo. História indiscreta da ditadura e da abertura, p.287.

¹³⁵ GASPARI. E. A ditadura escancarada, p. 280

¹³⁶ MEZAROBBA. *Op. cit*, p.18.

¹³⁷ CBA. Carta de princípios e programa mínimo de ação. 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

Durante todo ano de 1978 o movimento prol anistia cresce e toma proporção nacional. OAB – Organização dos Advogados do Brasil - e a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - encabeçam a luta, juntamente com outras instituições. Em setembro do mesmo ano, em uma conferência realizada no encontro nacional dos movimentos pela anistia, em Salvador, foi elaborada a “Carta de Salvador” onde é apontado que, “A luta pela anistia é necessária e imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas”. A anistia deveria ser ampla para todos os atos de manifestação de oposição ao regime, geral para todas as vítimas dos atos de exceção e irrestrita sem discriminações ou restrições¹³⁸. O ano de 1978 acabaria com o fim do AI-5 em dezembro, iniciaria o ano com o, ainda frágil, Estado de direito baseado na Constituição de 1946 e na Emenda Constitucional de 1969.

4.2.1 Um direito disputado e criticado

No Brasil o direito à anistia oscilou ao longo das Constituições. A de 1824 dava ao imperador o direito de anistiar. Em 1891 passou a ser direito do Congresso, sendo mantida por emendas até 1926. A Constituição de 1934 restabeleceu o direito da União ao anistiar todos que cometeram crimes políticos até 16 de junho do mesmo ano. Isso foi mantido na Carta de 1937, na Constituição de 1946 afirmava em 2 artigos: no 5º que era competência da União e no 66º que era competência ‘exclusiva’ do Congresso¹³⁹.

Mesmo com um projeto questionado, em 27 de junho de 1979 é assinada a Lei de Anistia, nela o presidente dizia que era “o momento propício à pacificação” e que a anistia cumpriria seu destino político “o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática”¹⁴⁰. Dizia ainda que a anistia “reabriria o campo da ação política, ensejava o reencontro, reunia e congregava para a construção do futuro e vinha em hora certa”.

O projeto de anistia previa

“[...] concessão de anistia a todos quantos, no período compreendido entre dois de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculadas ao poder

¹³⁸ CBA. Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia. 1978. Arquivo da Fundação Perseu Abramo.

¹³⁹ Câmara dos Deputados. Anistia: legislação brasileira, p.139. *Apud* MEZAROBBA, p.22.

¹⁴⁰ Congresso Nacional. Anistia, vol I, p.22. *Apud* MEZAROBBA, p.30.

público, aos poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares.”¹⁴¹

A lei recebeu inúmeras críticas, tanto da oposição quanto da OAB, e de setores da Anistia Internacional. Para a oposição ela era restrita, mesquinha, discriminatória, burocrática, parcial, arbitrária, omissa e até odienta. Em reuniões deputados e senadores apontavam as falhas na lei, dois eram os argumentos principais: alguns diziam ser um indulto coletivo já que excluía certos condenados e não libertava os presos políticos (alguns presos há mais de 10 anos) e outros afirmavam que era equivocada a necessidade de requerimento para retorno ou reversão aos cargos perdidos, já que essa decisão dependeria da existência de vagas¹⁴² e do julgamento da comissão a ser criada, delegando assim, poder ao Executivo para que as concedesse, num futuro incerto.

4.2.2 Uma lei limitada

Um ano após a promulgação da lei, um levantamento completo foi realizado sobre a situação dos militares. A Marinha tinha o maior número de atingidos. Neste momento apenas 34 dos 7488, que deveriam ser beneficiados pela lei, conseguiram reintegração ao serviço ativo, enquanto 748 foram reformados ou aposentados. Em Minas Gerais, o governo ainda não tinha anistiado nenhum dos 100 funcionários punidos por crimes políticos¹⁴³. Em 1984, outro levantamento foi feito pelo Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade Democrática, das 11434 pessoas que aguardavam o benefício, 4730 eram civis. Nas Forças Armadas, os não-anistiados somavam 6704. Dos 407 oficiais punidos, 369 estavam na inatividade e 38 aguardavam algum benefício. Dos quase 7mil praças atingidos, 34 voltaram à ativa e 380 estavam inativos¹⁴⁴.

Os militares demitidos ou expulsos das Forças Armadas eram considerados ‘mortos’. Com isso, não podiam receber pessoalmente seus soldos, ficando a cargo da

¹⁴¹ Ibidem, p.23.

¹⁴² “Parlamentares pediam que a reversão ou o retorno aos cargos fosse automático, independente da existência de vagas.” P.35.

¹⁴³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1980.

¹⁴⁴ Folha de São Paulo, 29 de agosto de 1984.

família. Isso deveria mudar, porque com a Lei 6683, os militares passariam à condição de reformados e assim poderiam receber seus soldos. Ainda poderiam, com base na mesma Lei, entrarem com pedido de reintegração. Mas nada disso aconteceu na prática.

145

A fim de atender aos insatisfeitos, em junho de 1985, outro projeto foi encaminhado para votação. Para o deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) a anistia deveria ser concedida pra aqueles que entre dois de setembro de 1971 e quinze de agosto de 1979, haviam cometido crimes políticos e eleitorais, tinham tido seus direitos políticos suspensos e aos funcionários, civis e militares, das administrações direta e indireta, que também haviam sido punidos, com base nos Atos Institucionais, por questões de ordem pública.

Em outubro do mesmo ano, outra crise sobre o tema da anistia dos militares entre em foco. Em julho, o presidente enviou ao Congresso uma Emenda convocando a Assembléia Constituinte para 1987 e juntamente com esse documento foi encaminhado outro que tratava da anistia concedida aos militares punidos a partir de 1964. Para o PMDB deveria ser aprovada a lei que abrangesse todos os militares e praças punidos com sua volta à ativa e concedido benefícios financeiros de todo tempo que ficaram afastados. Já Sarney e outros ministros queriam uma anistia menos ‘drástica’. O deputado Jorge Uequet (PMDB-RS) propôs uma emenda que desvincilhava os dois documentos acima citados e estabelecia novos termos para a anistia dos militares proposta pelas Forças Armadas. A emenda teve voto favorável de Ulysses Guimarães, o que aumentou ainda mais a tensão em Brasília.

Os ministros militares, temendo que a emenda fosse aprovada, pressionaram Sarney, pois se confirmada, 2600 militares cassados ou punidos com base nos atos administrativos, seriam promovidos aos postos que estariam ocupando se tivessem continuado nas Forças Armadas. Mais uma vez, depois de dias de discussões e tensão entre os deputados, a emenda proposta por Uequet não foi aprovada, o que levou a vaias dentro do Congresso por militares cassados que haviam montado acampamento para pressionar os deputados ¹⁴⁶.

¹⁴⁵ MEZAROBBA, *op. cit.*

¹⁴⁶ Revista Veja, 30 de outubro de 1984, p.36-40.

O texto final da Lei 6683 não tratou com equidade civis e militares. Agentes dos aparatos militares que praticaram torturas, culminando em mortes e desaparecimentos das vítimas que se encontravam sob guarda do Estado, foram resguardados pela Lei e protegidos pelos princípios de amplitude e irrestritibilidade.

4.3 A Lei 10559 e a Comissão de Anistia: lutas pelos direitos, promoções e justiça

Foi intenso e constante as críticas à Lei de Anistia. Diversos setores da sociedade e deputados se manifestavam por afirmarem que a lei era restrita. Civis e militares redigiam cartas clamando seus direitos, esses últimos afirmavam

“Os oficiais das Forças Armadas atingidos pelo arbítrio revolucionário entendem que, quanto a eles, o Poder Executivo em seu projeto de anistia, em vez de esquecimento, procura avivar as más lembranças não permitindo uma pacificação e tornando distante a redemocratização do país.”¹⁴⁷

Diziam ainda que os decretos que os atingiram nunca demonstraram de forma clara os motivos e reclamavam que as comissões de anistia eram “novos tribunais de exceção para julgar novamente militares absolvidos pelo Poder Judiciário e, muitos outros, que alvos de investigações, nem processados foram”¹⁴⁸.

A primeira comissão de anistia foi criada em 1980 e estipulou que os anistiáveis teriam 120 dias para encaminhar suas petições. Mas não seria tarefa fácil, já que era necessário que a petição se enquadrasse nos padrões exigidos pela comissão. Muitos punidos nem enviaram suas petições, pois em 1985 o país ainda vivia sob a égide militar, mesmo que de maneira mais branda. Apesar de várias tentativas de modificar a lei, até mesmo pelos aliados no governo, nada foi feito.

Logo após a posse de Sarney, foi encaminhada ao Congresso a Emenda Constitucional nº26 que significaria um avanço para aqueles que buscavam a anistia. Embora mantivesse o limite de período entre 16 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, no parágrafo 3º do artigo 4 afirma

“[...] aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam

¹⁴⁷ Congresso Nacional. Anistia, p. 541.

¹⁴⁸ Idem.

direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e nos regulamentos vigentes.”¹⁴⁹

As falhas da Lei de Anistia voltaram a ser alvo de críticas quando da instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 1987. Mais uma vez, várias emendas foram negadas pela direita que afirmava ser a lei muito ‘caridosa’ e a esquerda, novamente, se via em desvantagem, mas mesmo assim, na Constituição de 1988 um artigo é acrescentado concedendo algum tipo de reparação econômica ao anistiado.

Explicitada no parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a reparação econômica se daria em uma única situação: a dos militares da FAB atingidos por portarias reservadas da Aeronáutica em 1964.

Essa particularidade do artigo 8º possibilitou certo avanço na questão da anistia por permitir não só o direito à promoção, emitido na Emenda nº26, como também garantir esse direito aos servidores civis e militares que por motivos exclusivamente políticos, foram punidos no regime militar. O artigo 8º ainda ampliou o período do benefício, estendendo-o de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da Constituição. Mesmo com esses avanços, a lei ainda foi duramente criticada pela oposição e as vítimas do regime. José Genuíno, por exemplo à época deputado federal pelo PT de São Paulo afirmou “A Assembléia [...] não contrariou em nada as determinações dos militares. Portanto, curvou-se à tutela militar”¹⁵⁰.

Estudiosos como Eliézer Rizzo de Oliveira e Samuel Alves Soares partilham da mesma opinião de Genuíno. Segundo eles, a Constituição de 1988, foi realmente redigida e acompanhada pelos militares, devido às pressões e ameaças feitas pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao governo, à sociedade e ao Congresso Nacional. “No plano interno, ameaçou partidos, lideranças congressistas para que as teses militares fossem acolhidas na nova Constituição e identificou com interesse militar a preservação do regime presidencialista contra a tendência pró-

¹⁴⁹ MEZAROBBA, *op.cit.* p.197-198.

¹⁵⁰ Diário da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília, 17 de junho de 1988, p.11.384. *Apud* MEZAROBBA, P.119.

parlamentarismo”¹⁵¹. Leônidas ainda se via com o ‘condutor’ que garantiria a transição para o regime presidencialista com o apoio total e indispensável das Forças Armadas.

Às Forças Armadas não interessava que nenhuma emenda fosse feita à Lei de Anistia, muito menos no que tange aos militares, como afirma Eliézer Rizzo de Oliveira “[esta possibilidade] não apenas [é] uma negação efetiva e completa do quadro político em que se sustentou [a Revolução e o regime militar], mas também uma ameaça aos princípios da hierarquia e da disciplina”¹⁵².

Em 2000 foi criada uma comissão especial, presidida pelo então Ministro da Justiça José Dias, com intuito de rever os atos de anistia e aperfeiçoá-lo. A medida provisória foi elaborada com a ajuda ‘extra-oficial’ de integrantes de entidades de anistiados políticos e favorecia civis e militares até então não beneficiados pela legislação. Essa MP foi revista por outra comissão empossada em abril de 2000, onde segundo dizeres da mesma ‘foi enxugada’. A MP só seria assinada por Fernando Henrique Cardoso em maio de 2001, sob a rúbrica de MP 2151, e visava beneficiar 2500 militares punidos e encerrar o processo de anistia iniciado em 1979.

A MP estabeleceu quatro direitos gerais ao anistiado: a declaração da condição de anistiado político; a reparação econômica, de caráter indenizatório; a contagem de tempo em que o anistiado esteve afastado de suas atividades, para fins previdenciários e a conclusão de curso interrompido ou o reconhecimento de diploma no exterior¹⁵³.

Em meados de agosto de 2001, a MP 2151 já havia sido reeditada três vezes e os anistiados políticos lutavam para que ela fosse aprovada no Congresso Nacional. O processo não foi rápido, somente em maio de 2002 uma comissão mista foi instalada para ajustar a MP. Depois de três meses de discussões, entre os parlamentares e as entidades de anistiados, o presidente FHC assinou a nova MP que buscava regulamentar o artigo 8º do ADCT. Em agosto de 2002 a MP 2151 foi reeditada sobre a alcinha de MP 65 e para muitos esta era ampla, geral e irrestrita como reclamavam os anistiados. Em

¹⁵¹ D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul, p.101. *Apud* MEZAROBBA, p. 120.

¹⁵² OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia, p.121-122. *Apud*, Idem.

¹⁵³ Idem.

treze de novembro de 2002 ela foi ratificada pelo presidente do Congresso Nacional como a Lei 10559.

O artigo 8º foi finalmente regulamentado e a lei alcança até quem foi perseguido antes do regime militar. Passa a valer a partir de dezoito de setembro de 1946 até outubro de 1988 (Promulgação da Constituição) e o anistiado passa a ter direito a reparação econômica, de caráter indenizatório, e a contagem, para todos os efeitos, do tempo em que esteve afastado de suas atividades profissionais. Assegura ainda que todos aqueles que foram atingidos por processos administrativos baseados na legislação de exceção tem direito à reintegração aos cargos ocupados antes do afastamento. Explicita todos os tipos de punição, inclusive aquelas em que os sujeitos foram impedidos de realizar suas atividades em virtude de pressões ou de expedientes oficiais sigilosos.

A lei 10559 ainda determina que até fevereiro de 2003, todos os processos – deferidos ou não - devem ser encaminhados ao Ministério da Justiça, que passa a ser o responsável pelas decisões acerca do assunto.

Segundo a Comissão de Anistia, uma vez que 95% dos casos são de pessoas com mais de 60 anos, a anistia privilegiou aqueles que sofriam de alguma enfermidade e os mais idosos. Como se tratava de reparação econômica, o único caminho a recorrer, era a justiça comum. Até meados de 2003 a comissão, em dezessete meses de funcionamento, havia apreciado somente 10% dos casos, ou seja, 2280 casos, com 25% de indeferimentos, justificados pela falta de documentos que comprovassem algum tipo de perseguição que devesse ser reparada. O governo, até janeiro de 2003, desembolsou 22 milhões de reais em benefícios aos civis. Até a mesma data, nenhum caso militar havia sido julgado ¹⁵⁴.

4.3.1 Diniz e as lutas pela Anistia

“Só com muita luta e perseverança iremos galgar o último degrau da vitória e lá de cima ver o sol brilhar como todo seu esplendor.” ¹⁵⁵

¹⁵⁴ MEZAROBBA, p.139-140.

¹⁵⁵ Editorial ‘A vitória está chegando’ de 10 de maio de 2003.

Como já exposto, desde 1972, quando de seu desligamento da FAB, Diniz luta pelos seus direitos pautado na Lei de Anistia de 1979, portarias e medidas provisórias decorrentes dela ao longo dos anos.

Segundo Diniz, a esperança de ter seus direitos reconhecidos nasceu com a Lei 6683 em 1979, mas esta era uma lei pessoal, pois o próprio pai de Figueiredo – Euclides Figueiredo – foi caçado por Vargas. Esta ainda “só atingira os apadrinhados do presidente Figueiredo”¹⁵⁶ já que foi estipulado o prazo de 120 dias para que os atingidos encaminhassem seus pedidos, após esta data, os pedidos não seriam aceitos.

“[...] então quem conseguiu, quem era amigo do rei e que conseguiu saber desse detalhe, bebeu água limpa. Quem não era...eu mesmo quando fiquei sabendo e consegui juntar alguns documentos e tentar a minha anistia em 79, já havia passado o tempo. Então não teve condições. Aí ele (Figueiredo) anistiou o pai dele.”¹⁵⁷

Em sua busca por documentos que provassem as perseguições da Aeronáutica contra os cabos, Diniz – sempre tendo portas fechadas e ouvindo ‘nãos’ – descobriu a existência de um documento que poderia ser a prova das perseguições: o Ofício Reservado 04. Este documento evidencia efetivamente a motivação exclusivamente política na expulsão, desligamentos e licenciamentos de cabos com base nas Portarias 1103 e 1104, dando os efeitos retroativos ao revogar expressamente a Portaria 570 que garantia a estabilidade dos cabos.

Este Ofício deu origem à “famigerada”¹⁵⁸ Portaria 1104 que estipulou o prazo de 8 anos de permanência na FAB, minando o sonho daqueles que aspiravam chegar a postos superiores. Diniz conta que quando descobriu a existência deste Ofício saiu à sua procura e quando o encontrou num quartel “não hesitei surrupiando-o e tirei varias cópias”. Ele fora descoberto, mas conseguiu enviar o Ofício a todos quantos lhe interessava.

¹⁵⁶ Editorial ‘Resumo dos últimos trinta anos de luta em prol da Anistia’. Escrito por Diniz e revisado por Dutra em 10 de janeiro de 2004. Este documento encontra-se em minhas mãos.

¹⁵⁷ Trecho da entrevista de 18/08/2009.

¹⁵⁸ Adjetivo muito utilizado por Diniz para se referir ao Regime Militar.

Quanto à sua procura ao Ofício Reservado 04 é interessante salientar que mesmo tendo sido pego, conseguiu roubar mais dois documentos dos quartéis: as Portarias 1103 e 1105. “Eu não tinha elas comigo, eu também roubei no quartel.”¹⁵⁹

Com a Constituição de 1988 e o artigo 8º do ADCT, “que nada mais é do que a Lei 10559”¹⁶⁰, a Anistia passou a ser concedida entre 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988 - data da promulgação da Constituição. Apesar de estar inserida na Constituição, a Anistia ainda teria que ser regulamentada por uma lei e isso só aconteceu 14 anos depois, em 13 de novembro de 2002, quando foi sancionada a Lei 10559 que ampara os perseguidos políticos¹⁶¹.

Em 1994, Diniz passa a participar das reuniões do GEUAR a fim de passar as informações recebidas. Quando assumiu a direção do Grêmio afirmou

“[...] voltei-me única e exclusivamente para os fins que me propunha, ou seja, levar adiante o propósito de conseguir a tão almeja justiça para todos nós. Levar adiante os processos de reabilitação judicial ou administrativa junto a Aeronáutica e porque não dizer junto à sociedade, pois que esta nos vê como aproveitadores e inimigos da Pátria, pois desconhecem o drama vivido por todos nós ao longo destas décadas”.¹⁶²

Em 1997, o Presidente Fernando Henrique Cardoso convocou algumas lideranças das associações de anistiados e anistiandos políticos para um debate com o Ministro José Carlos Dias e o Secretário Nacional de Direitos Humanos Dr. José Gregori. Nesta ocasião foi discutido o primeiro esboço da Medida Provisória da anistia que viria a ser editada em 31 de maio de 2001.

Entre 1999 e 31 de maio de 2001, foram apresentadas mais de 150 emendas à MP, tendo entre elas algumas favoráveis e outras não, contudo, prevaleceu o bom senso¹⁶³ e em 31 de maio o Presidente, mesmo contrariando o Ministro Quintão, assinou a MP 2151 que posteriormente foi transformada na MP 65. Entre 31 de maio e 28 de agosto foram editadas várias emendas que resultaram, em 13 de novembro de 2002, na

¹⁵⁹ Entrevista de 18/08/2009.

¹⁶⁰ Afirmação de Diniz.

¹⁶¹ Alguns militares foram anistiados como suboficial e outros como segundo sargentos.

¹⁶² Entrevista de 18/08/2009.

¹⁶³ Idem.

Lei 10.559, “uma das mais amplas leis de Anistia já promulgada, não só no Brasil com em todo resto do mundo” ¹⁶⁴.

Em 28 de agosto de 2001, foi instalada e empossada a primeira Comissão de Anistia que levou o nome de Comissão da Paz, por sugestão das lideranças dos anistiados. Nesta ocasião foi designado para primeiro Presidente da Comissão o Dr. Petrônio Calmon Filho, procurador Geral da República.

Segundo Diniz, a própria Comissão de Anistia desconhecia a existência do Ofício Reservado 04 e, este se orgulha em tê-lo conseguido, pois, “sem este documento e sem respostas da FAB ainda poderíamos estar sem pareceres da Comissão de Anistia” ¹⁶⁵.

Em julho de 2002 a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça começou a julgar os casos dos cabos atingidos pela Portaria 1104 e considerou a mesma como um ato de exceção *exclusivamente* político, lançando alguma esperança para os ex-militares.

Em janeiro de 2003, o Diário Oficial da União publicou o parecer JB3 da Advocacia Geral da União que foi interpretado pelo Dr. Cláudio Alencar, assessor particular do Ministro, reconhecendo somente os cabos incorporados *até* 12 de outubro de 1964, dizendo que os que incorporaram após esta data, ou seja, da turma de 1965 em diante não teriam direitos, pois os mesmos não haviam sido atingidos *diretamente* por atos de exceção.

Para Diniz, os cabos estão continuam sendo perseguidos, pois a Lei 10559 lhes concede os direitos, mas a atual Comissão de Anistia se nega a cumpri-la, ignorando o regulamento da Comissão e a própria Constituição em seu artigo 8º do ADCT. A Comissão de Anistia afirma que é soberana para decidir sobre os pedidos de anistia e que não haverá nenhuma interferência.

Após mais de duas décadas, desde que foi aprovada, a Lei de Anistia iniciou um processo de longa duração, que vem sendo redefinido desde 1979, com mudanças políticas significativas. A luta pela anistia começou 15 anos antes de sua promulgação

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

por uma pequena parcela de intelectuais, mas ao longo de sua trajetória sofreu um processo de ascensão chegando à boa parte dos brasileiros.

5 Considerações Finais

Trabalhar com depoimentos não foi tarefa simples. Exigiu além de teoria e do conhecimento histórico, uma sensibilidade para perceber como e por que os fatos foram memorados de tais ou quais formas.

Ao longo de meus estudos sobre memória e história oral e suas aplicações, pude perceber logo de início nas entrevistas o desejo desses ex-militares em serem reconhecidos como militares, pois segundo eles a culpa não é da farda, e sim do Regime que se instalou no Brasil em 1964.

Com o passar dos anos e o aumento do interesse sobre o período ditatorial, os militares lutam para preservar suas memórias. Os estudos recentes tratam de militares de alta patente, aqueles que estavam diretamente envolvidos no Regime, não daqueles que foram vítimas de seus companheiros de Força. Para aqueles, a memória tenta recompor a relação passado-presente e é uma tática de sobrevivência emocional já que sempre foram atacados e feridos pela sociedade.

Esses ex-militares integrante do GEUAr também se sentem feridos e atacados pela sociedade, pois além de terem sido desligados de suas funções sem nenhum motivo claro passaram a ser renegados pela população, pois eram vistos como inimigos do Estado, um Estado que clamava por ordem, mas que emanava medos e angústias.

Apesar do número reduzido de entrevistas, acredito que os relatos foram de extrema relevância para que pudesse analisar ‘o outro lado da história’. A seletividade da memória foi sentida com clareza em diversas passagens dos depoimentos. Alguns fatos foram esquecidos, outros omitidos, alguns muito exaltados, sendo as perseguições e as lutas por justiça os mais constantes ¹⁶⁶.

Alguns fatos foram narrados sem que os entrevistados estivessem presentes. O conceito ‘memória herdada’ de Pollak pode ser percebido em vários momentos. Como quando ambos narram um dos possíveis motivos do início da perseguição aos cabos, quando o Brigadeiro Eduardo Gomes era Ministro da Aeronáutica, em 1950. Mesmo

¹⁶⁶ Isto pode ser percebido tanto nos três depoimentos de Diniz quanto no depoimento de Dutra.

não havendo participado desse acontecimento, narravam uma história e reproduziam-na como se realmente tivessem participado dela, tamanha a riqueza dos detalhes, mesmo afirmando que tal fato não fora comprovado pela História.

Um dos meus objetivos ao realizar as entrevistas era que o entrevistado narrasse fatos sobre sua vida, sua família, ou seja, fatos pessoais a fim de entendê-los como indivíduos para depois compreendê-los como militares. Por isso preferi não fazer perguntas diretas, esclareci quais eram as minhas intenções e deixei que a conversa se desenrolasse de acordo com a vontade dos entrevistados. Somente quando se fez necessário fiz algumas perguntas mais objetivas.

Acredito que através desses olhares e dessas lembranças, o Golpe chegou às diversas camadas sociais de várias formas e temos o dever de revelar essa diversidade nos estudos sobre a ditadura militar.

A abordagem possível até aqui indicou que os indivíduos que atuaram na Ditadura Militar foram de alguma forma prejudicados pelo Regime. Com isso, pretendo acrescentar à chamada história ‘oficial’ contada pelo Exército – em que os militares tentam legitimar o golpe através de justificativas e conclusões muitas vezes adaptadas ao interesse da instituição – que há outras ‘histórias’ a serem contadas sobre o período ditatorial mesmo em instituições governamentais e neste sentido, investiremos nossas análises no grupo formado por ex-militares da Aeronáutica.

Especificamente nesta monografia, as discussões apontadas contribuíram para que pensássemos como o fato de terem sido desligados do serviço ativo afetou-os emocional e socialmente. Para eles, isto foi a interrupção de um sonho de fazer carreira. É interessante notar que, mesmo desligados do ofício, o amor à Instituição Aeronáutica não foi abalado, já que ligam tais acontecimentos apenas a algumas pessoas e não àquela que tem um caráter simbólico muito maior do que seus membros.

6 Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ATASSIO, Aline Prado. *A Batalha pela Memória: os Militares e o Golpe de 1964*. 184p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléia. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar. Brasil:1964-1985*. Rio de Janeiro, Record, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. (Org.) *A volta dos quartéis: a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.

MEZAROBBA, Glenda. 'Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro'. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. 213p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, 10, dez. 1993.

PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org.) *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*. Textos de Ana Gabrecht; Valter Pires Pereira, Uber José de Oliveira. Vitória: Flor&Cultura. Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, nº. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, nº. 3, 1989.

REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Ricardo Sá. (Org.). *O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos depois (1964-2004)*. 1ª. Ed. Bauru: EDUSC, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Fontes Orais

- Fernando Diniz e Silva. Entrevista concedida à Juliana Godoy Santos e Giovani Prado, em Belo Horizonte, no dia 08/08/2007.

- Fernando Diniz e Silva. Entrevista concedida à autora, em Contagem, no dia 18/08/2009.

- Fernando Diniz e Silva; Fernando José Dutra. Entrevistas concedidas em Contagem, à autora, no dia 28/10/2009.